

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

BRUNO EDUARDO RODRIGUES BARBOSA

JORNALISMO E INCLUSÃO: O AGENDAMENTO MÍDIÁTICO DE FERNANDO FERNANDES
COMO APRESENTADOR DO *REALITY* “NO LIMITE” DA TV GLOBO (2022)

Porto Alegre

2022

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

BRUNO EDUARDO RODRIGUES BARBOSA

JORNALISMO E INCLUSÃO: O AGENDAMENTO MIDIÁTICO DE FERNANDO
FERNANDES COMO APRESENTADOR DO REALITY “NO LIMITE” DA TV
GLOBO (2022)

Porto Alegre
2022

BRUNO EDUARDO RODRIGUES BARBOSA

**JORNALISMO E INCLUSÃO: O AGENDAMENTO MUDIÁTICO DE
FERNANDO FERNANDES COMO APRESENTADOR DO *REALITY* “NO LIMITE”
DA TV GLOBO (2022)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Professora Dra. Camila Garcia Kieling

Porto Alegre

2022

BRUNO EDUARDO RODRIGUES BARBOSA

**JORNALISMO E INCLUSÃO: O AGENDAMENTO MIDIÁTICO DE
FERNANDO FERNANDES COMO APRESENTADOR DO *REALITY* “NO LIMITE”
DA TV GLOBO (2022)**

Trabalho de conclusão defendido e aprovado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo pela banca examinadora, constituída por:

Orientadora: Professora Doutora Camila Garcia Kieling

Prof. Dr. Juan de Moraes Domingues

Prof. Me. Tércio Saccol

Porto Alegre

2022

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a todos os profissionais do jornalismo que possuem algum nível de deficiência física, que lutam pela igualdade e equidade de direitos; às minhas mães, que sempre estiveram comigo, e à minha querida namorada, que tanto admiro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Deus do impossível.

Agradecimento especial à minha mãe, Silvia, que, professora por natureza, proporcionou-me não só o amor materno, mas uma verdadeira educação para a vida.

Gratidão eterna ao meu pai, José, e minha avó materna, Sirley (*in memoriam*), pelo amor proporcionado a mim. Para a minha segunda mãe, Catarina, e à minha namorada, Josiane, um muitíssimo obrigado por terem me dispensado todo o amor, apoio e incentivo de sempre.

Aos amigos e demais familiares, gratidão por acrescentar na minha história, cada um à sua maneira.

Uma menção especial à minha orientadora, Camila Garcia Kieling, que foi fundamental na escolha do meu tema e por ter conduzido todo o processo de escrita de maneira leve, sempre muito atenciosa, tornando o trabalho de conclusão um momento prazeroso na graduação. Agradeço também por me emprestar sua experiência e conhecimento.

Ao time de professores da Escola de Comunicação, Artes e Design — FAMECOS.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); para sempre levarei os ensinamentos.

Por fim, um brinde à superação de inseguranças e medos. Vencê-los é o que nos mantém com sede. Ao passo que finda a vida acadêmica, passamos a entender que a vida, apesar dos pesares, é um ciclo de aprendizados que merece ser vivida ao máximo. Que Deus me dê saúde para este novo e belo momento, que está apenas a começar.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

Este trabalho tem como tema o jornalismo e a inclusão. Trata sobre o profissional com deficiência física na linha de frente de um programa de televisão. Com isso, foi realizado um estudo sobre o agendamento midiático do debate sobre as pessoas com deficiência em frente às câmeras a partir do anúncio da participação de Fernando Fernandes como apresentador do *reality* “No Limite” da TV Globo (2022).

Esta monografia tem como objetivo analisar o potencial de agendamento midiático sobre as pessoas com deficiência física na linha de frente do jornalismo de televisão. O intuito é verificar como foi realizado o anúncio da participação de Fernando Fernandes como apresentador do “No Limite” da Rede Globo e refletir sobre como a mídia vende o produto quando há um profissional fora do padrão na apresentação televisiva. Este trabalho responde a de que forma foi agendada a presença de Fernandes na apresentação do reality. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo.

Para tratar da legislação sobre as pessoas com deficiência no Brasil, esta monografia embasou-se no Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), nos estudos sobre mídia e deficiência de Vivarta (2003) e em alguns outros estudiosos. Para falar do corpo e esportes, usou outros teóricos, entre eles Lacerda (2007) e Hilgemberg (2019). Nas questões de jornalismo e agendamento, utilizou diversos pensadores, entre eles, Traquina (2005) e McCombs (2009). Para realização do capítulo de análise algumas referências bibliográficas foram usadas, entre elas, Bardin (1988) e Duarte Barros (2005).

Após realizada a análise da monografia, pode-se avaliar que a imprensa ainda necessita salientar de maneira a deixar bem claro quando há um profissional fora do padrão na apresentação, no agendamento dos seus conteúdos jornalísticos. Entende-se que o processo de inclusão, integração e representatividade de pessoas com deficiência, sejam elas jornalistas na linha de frente da televisão como âncoras e repórteres é um processo que ainda caminha de forma lenta, porém gradual.

Palavras-chave: Deficiência; Jornalismo; Igualdade; Representatividade; Inclusão; Teoria do Agendamento.

ABSTRACT

This work has as its theme journalism and inclusion. It deals with the professional with physical disability in the front line of a television program. With this, a study was carried out on the media scheduling of the debate on people with disabilities in front of the cameras from the announcement of the participation of Fernando Fernandes as presenter of the reality show *No Limite* on TV Globo (2022).

This monograph aims to analyze the potential of media scheduling on people with physical disabilities at the forefront of television journalism. The aim is to verify how the announcement of Fernando Fernandes' participation as presenter of Rede Globo's *No Limite* was carried out and to reflect on how the media sells the product when there is a non-standard professional in the television presentation. This work responds to how Fernandes' presence in the reality presentation was scheduled. The methodological procedures used were bibliographic research and content analysis.

To deal with the legislation on people with disabilities in Brazil, this monograph was based on the Statute of the Person with Disabilities (2015), on studies on media and disability by Vivarta (2003) and on some other scholars. To talk about the body and sports, he used other theorists, including Lacerda (2007) and Hilgemberg (2019). On issues of journalism and scheduling, it used several thinkers, including Traquina (2005) and McCombs (2009). To carry out the analysis chapter, some bibliographical references were used, among them, Bardin (1988) and Duarte Barros (2005).

After carrying out the analysis of the monograph, it can be assessed that the press still needs to highlight in order to make it clear when there is a non-standard professional in the presentation, in the scheduling of its journalistic content. It is understood that the process of inclusion, integration and representation of people with disabilities, whether journalists on the front line of television as anchors and reporters, is a process that is still moving slowly, but gradually.

Palavras-chave: Disability; Journalism; Equality; Representativeness; Inclusion; Agenda-setting theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: MARCOS LEGAIS PARA A GARANTIA DE DIREITOS E INCLUSÃO PELO ESPORTE	13
2.1 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM MARCO NA CONQUISTA DE DIREITOS NO BRASIL	13
2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ESPORTES	18
3 JORNALISMO, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TEORIA DO AGENDAMENTO	26
3.1 CONCEITO DE JORNALISMO	26
3.2 FUNÇÕES DOS JORNALISTAS.....	27
3.3 REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO JORNALISMO ..	28
3.4 TEORIA DO AGENDAMENTO.....	30
4 ANÁLISE: O AGENDAMENTO MIDIÁTICO DE FERNANDO FERNANDES COMO APRESENTADOR DO REALITY “NO LIMITE” (2022)	38
4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	39
4.2 FERNANDO FERNANDES E “NO LIMITE”	43
4.3 DEFINIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA	45
4.4 ANÁLISE DA MATÉRIA 1 (M1) - NOTÍCIAS DA TV (UOL).....	46
4.5 ANÁLISE DA MATÉRIA 2 (M3) – ESTADÃO	47
4.6 ANÁLISE DA MATÉRIA 3 (M3) - OBSERVATÓRIO DA TV.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	54
ANEXO 1 - MATÉRIA 1 - NOTÍCIAS DA TV (UOL)	57
ANEXO 2 - MATÉRIA 2 – ESTADÃO	59
ANEXO 3 - MATÉRIA 3 - OBSERVATÓRIO DA TV (UOL)	60

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso foi elaborado com a finalidade de tratar da temática do Jornalismo e Inclusão, especificamente das pessoas com deficiência física na linha de frente do jornalismo de televisão. Este trabalho possui extrema relevância social e científica por inúmeras razões.

Entre os motivos estão: (1) em razão da ausência de jornalistas com deficiência ancorando ou sendo repórteres das emissoras de televisão; (2) o fato de o autor da pesquisa ser uma pessoa com deficiência física e desejar trabalhar, principalmente, em frente às câmeras; e (3) o fato de haver poucos estudos científicos que investigam a questão.

Desta forma, tornou-se necessário tratar deste assunto, com o propósito de trazer o tema para uma maior abordagem e debate nas redações e academias jornalísticas, bem como entre o público consumidor do jornalismo. Além disso, a intenção também é promover a inclusão destes profissionais específicos na linha de frente das televisões.

Com isso, optou-se por realizar o estudo sobre o agendamento midiático do debate sobre as pessoas com deficiência em frente às câmeras e a partir do anúncio da participação de Fernando Fernandes como apresentador do *reality show* “No Limite” da TV Globo (2022). Utilizando a Teoria do Agendamento como suporte teórico, procurou-se verificar, refletir e analisar a maneira como a imprensa anunciou a temporada de 2022 do programa, sendo ele um produto relacionado a resistência física e tendo uma pessoa com deficiência na apresentação.

O programa teve sua primeira edição no ano 2000. Desde sua estreia a 22 anos atrás teve algumas temporadas fora da grade de atrações da Rede Globo, porém segue até hoje como um dos *realities* da casa e em 2022 foi ancorado por Fernando Fernandes que é um apresentador, atleta e modelo. Fernandes teve sua primeira aparição pública aos 21 anos de idade, no Big Brother Brasil 2, realizado no ano de 2002. A participação de Fernandes foi pequena. Após ser o terceiro eliminado do programa da Rede Globo, o então modelo viveu o auge da sua carreira de modelo, estrelando campanhas conhecidas marcas. Mas em 2009 após sofrer acidente e ficar paraplégico teve que mudar os planos de sua vida se tornando um atleta de esportes adaptados e posteriormente um apresentador de televisão. Já o programa “No Limite” já está com as suas inscrições abertas para a edição de 2023, para aquelas pessoas

que quiserem vivenciar situações que necessitam todo o tipo de resistência, sejam elas física, psicológica, de convivência (entre outros requisitos), na disputa do prêmio em dinheiro. O público acompanha esse mix de entretenimento e voyeurismo, em rede nacional.

Os procedimentos metodológicos que foram adotados na presente monografia compreendem a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo e o desenvolvimento do trabalho está dividido em três capítulos.

O segundo capítulo desta monografia, com base mais teórica e bibliográfica, apresenta primeiramente a maneira negativa que as pessoas com deficiência no Brasil eram vistas na sociedade, até entrar em vigência o Estatuto da Pessoa com Deficiência no ano de 2016, um marco na conquista dos direitos. Posteriormente, este mesmo capítulo traz a definição do conceito de deficiência, especificamente da deficiência física. O capítulo também faz um apanhado dos benefícios que o Estatuto traz a estas pessoas e como o esporte também foi benéfico para inclusão desse público na sociedade. Para sustentação bibliográfica e teórica deste capítulo, foram estudados os autores: Gugel (2007), Vivarta (2003), Duarte e Werner (1995), Souza (2006), Hilgemberg (2019) e diversos outros pensadores.

No terceiro capítulo, o trabalho se dedica à explicação do que trata a teoria do agendamento, do conceito do jornalismo e das funções existentes na profissão, bem como sobre a representatividade das pessoas com deficiência neste meio. Estas abordagens são necessárias para entender como se dá na prática o agendamento das pautas das pessoas com deficiência na imprensa. Para embasamento teórico deste capítulo, foram consultados, os autores Traquina (2005), Bond (1962), Lage (2001), Norberto (1979), Pinto (2009), Souza (2004), Travancas (1993), Vivarta (2003) Moraes e Sclarick (2020), McCombs (2009) , Walter Lippmann (1922) e Hohlfeldt (2008) entre outros.

No quarto capítulo, o trabalho de conclusão primeiramente procurou apresentar o que é uma análise de conteúdo, de onde ela surgiu, quais são etapas para a sua realização. Depois, apresentou os nossos objetos de estudo Fernando Fernandes e o *reality* “No Limite” da TV Globo. Após isto, este capítulo relata como foi feita a seleção das matérias jornalísticas que foram analisadas e por fim atém-se à realização da análise de três diferentes conteúdos jornalísticos, verificando e refletindo a maneira como a imprensa realizou o agendamento do anúncio da temporada do

programa no ano de 2022, com Fernando Fernandes na ancoragem do *reality show*. Para referencial bibliográfico teórico, deste capítulo de análise de conteúdo foram utilizados os autores Duarte Barros (2005), Krippendorf (1990), Kientz (1973), Bardin (1988), Bauer (2002), Barros e Targino (2000), Moraes e Sclarick (2020) e outros. A análise de conteúdo apontou que a imprensa ainda necessita enfatizar o fato na sua agenda de notícias quando há alguém fora do padrão na linha de frente da televisão.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: MARCOS LEGAIS PARA A GARANTIA DE DIREITOS E INCLUSÃO PELO ESPORTE

Até a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015), a pessoa com deficiência era considerada incapaz de exercer direitos e deveres inerentes ao cidadão. Com a entrada da lei em vigor, no ano de 2016, houve aumento da promoção da inclusão e da igualdade, incluindo cada vez mais os sujeitos aos quais se destina tal norma.

Assim, houve um considerável aumento de representação das pessoas com deficiência no âmbito da realização dos atos da vida civil, inclusive nas mídias jornalísticas, o que propiciou formas diferentes de enxergar a pessoa com deficiência. A partir disso, os meios de comunicação colaboraram com a inserção da pessoa com deficiência no protagonismo das discussões, além de outras minorias, de forma a auxiliar sua representatividade.

2.1 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM MARCO NA CONQUISTA DE DIREITOS NO BRASIL

As deficiências e as pessoas com deficiência sempre fizeram parte da história da humanidade. Os cidadãos que nasciam com essa condição eram vistos de maneira estigmatizada pela sociedade, tidos como seres imperfeitos e castigados por Deus. Esse estigma ocorria, pois acreditava-se que não se encaixavam nos padrões vigentes de corpo e mente (GUGEL, 2007).

Essa visão se perpetuou por muito tempo: as pessoas com deficiência, além de serem vistas de forma negativa pela sociedade em que viviam, eram chamadas a partir de termos pejorativos, como, por exemplo, “aleijado” e “deformado”, o que reforçava o estigma e o preconceito, como exposto por Vivarta no manual *Mídia e Deficiência* (2003).

O termo deficiência designa uma pessoa que tem algum tipo de impedimento, seja ele físico, intelectual ou sensorial, para exercer a capacidade civil de maneira plena, de acordo com o conceito advindo do artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Os estudos sobre o termo têm perspectivas diversas, as quais evoluíram conforme os conhecimentos foram aprofundados. A partir destas óticas teóricas, denota-se que deficiência não somente diz respeito a uma visão

biomédica, mas também a um conceito político. Essa perspectiva, além de ter um olhar padronizado sobre funcionamento biomecânico, limita a deficiência e a pessoa com deficiência aos índices de produtividade e adequação às normas e padrões da sociedade.

Já deficiência física diz respeito, especificamente, à perda e limitação das estruturas e funções anatômicas do indivíduo. A deficiência física possui algumas categorias, conforme aponta o Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999:

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Inciso com redação dada pelo Decreto n. 5.296, de 2/12/2004).

Além disso, a origem da deficiência física ocorre de duas maneiras: adquirida ou congênita. A condição, quando adquirida, ocorre ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Já na deficiência congênita, a pessoa apresenta a deficiência desde o seu nascimento, como apontam os autores Duarte e Werner (1995).

Em razão da necessidade de integração das pessoas com deficiência, políticas públicas começaram a ser aplicadas de forma mais ampla após a década de 2010, a exemplo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015. As políticas públicas são analisadas a partir de diversos vieses. De acordo com Souza (2006), não há como conceituar políticas públicas de uma maneira única e objetiva, considerando que o termo é abrangente. Já para Amaral, Caldas e Lopes (2008), políticas públicas referem-se a uma série de ações declinadas pelos representantes governamentais de todas as esferas, sejam elas do estado, município ou a nível nacional, a fim de promover à sociedade o bem-estar, assegurando os direitos de cidadania a diversos grupos da sociedade em diferentes setores, sempre de interesse público. As estatais, responsáveis pelo desempenho das políticas públicas, as direcionam a vários segmentos, como cultura, educação, lazer, saúde, trabalho, transporte, entre outros, a depender das necessidades da população.

As pessoas com deficiência totalizam 23,9% da população do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O censo de 2010 aponta

que, no Brasil, existem 45.606.048 milhões de brasileiros com alguma deficiência, seja ela auditiva, mental, motora, intelectual e/ou visual. Por conseguinte, esses dados demonstram que há um número considerável de pessoas com deficiência pertencentes à população brasileira e que, conseqüentemente, devem ter assegurados seus direitos à igualdade, à equidade e à inclusão. Para que estes direitos igualitários sejam incorporados, há a necessidade de elaboração de leis, que instituem políticas públicas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, que corresponde à Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, entrou em vigor em 2016; antes disso, a pessoa com deficiência sofria ainda mais com o capacitismo do que nos dias atuais. O termo “capacitismo” é recente e diz respeito à diminuição da capacidade do indivíduo apenas por ser uma pessoa com deficiência, como apontam Fernandes e Mello (2017, p. 17):

[...] é a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se as pessoas com deficiência. O que se chama de concepção capacitista está intimamente ligada à corpo normatividade que considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Atitudes capacitistas contra pessoas com deficiência refletem a falta de conscientização sobre a importância da sua inclusão e da acessibilidade.

Com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, muitos direitos foram alcançados por esses indivíduos. Algumas atitudes discriminatórias foram tipificadas como crimes, conforme traz o conteúdo do artigo 88: “Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência” (BRASIL, 2015).

Ainda, tendo como objetivo a proteção de forma mais abrangente a estes sujeitos, especificou e previu sanções para os crimes de apropriação ou desvio de benefícios, como por exemplo os artigos 89 a 91 da referida Lei. Outro direito essencial à vida de todo o cidadão é o direito à educação plena. Conforme os arts. 27 e 28,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

De acordo com Vivarta (2003), na prática, quando se menciona a temática educação para pessoas com deficiência, ela é realizada pelas instituições de ensino,

sejam elas públicas ou privadas, de maneira integradora e não inclusiva. A mudança para a inclusão vem se fazendo aos poucos, mas as escolas “especiais” são predominantes.

Ainda segundo Vivarta (2003), integração refere-se a um processo de opção, feito para definir quem poderia vivenciar os ambientes, como o da escola, por exemplo, com mudanças rasas para receber um público específico e preparar a pessoa com deficiência para que pudesse acompanhar os demais. Ou seja, a pessoa tinha que se preparar ou estar pronta para viver a determinada realidade, e, se não estivesse, era descartada. Já o conceito de inclusão diz respeito a um processo que inclui todas as minorias, e não somente pessoas com deficiência. Diferentemente da integração, que escolhe determinados indivíduos, a inclusão se realiza a partir da participação de todos.

A imprensa enfrenta dificuldades na abordagem destes termos, e ainda não há prioridade a pautas inclusivas, o que ocasiona, por consequência, o fato de que o alcance das reportagens que abordam a inclusão ainda não atingiu seus melhores índices. Além disso, Vivarta (2003 p. 55) afirma em sua obra:

Ainda no enfoque dos Dias Especiais tendo deficiência como assunto principal, o percentual válido de matérias enfocando o conceito de integração é de 28,6%, que por sua vez coincide com o percentual sobre escolas especiais e/ou classes especiais. Vale sublinhar: o termo integração escolar significa que esta ou aquela escola comum está aceitando apenas crianças ou adolescentes com deficiência consideradas capazes de acompanhar a maioria dos alunos e de conviver com as barreiras arquitetônicas e atitudinais da escola.

Em relação ao mundo do trabalho, atualmente, a legislação trabalhista para pessoas com deficiência não apresenta nenhum item específico para a profissão de jornalista. Há a Lei 8.213, de 25 de julho de 1991, que aponta a preservação de uma porcentagem específica de vagas, conforme o Art. 93:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.5%.

De acordo com Vivarta (2003), mesmo que haja um esforço máximo dos empresários no cumprimento da referida Lei, em torno de apenas 2% de 9 milhões pessoas com deficiência estariam empregadas no ano da pesquisa, que ocorreu há 19 anos. Segundo dados do IBGE de 2019, atualmente, de 10 pessoas com deficiência que buscam emprego, apenas 3 conseguem, e 7 ainda ficam fora do mercado de trabalho.

O trabalho é algo muito importante para a sobrevivência de qualquer cidadão, e, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, esses sujeitos têm assegurado, conforme o Art. 34, o direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas:

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Dentro disso, também há o art. 37, que constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Porém, Vivarta (2003) afirma que as empresas muitas vezes acabam não proporcionando um ambiente adequado para que este profissional desenvolva suas atividades de maneira plena, o que acaba dificultando o acesso dessas pessoas a cargos de maior responsabilidade intelectual. Isso também é um fator que contribui

para que apenas 28,3% das pessoas com deficiência estejam no mercado de trabalho formal, de forma que 34,3% das pessoas com deficiência têm formação acadêmica, e o salário médio é de um mil seiscentos e trinta e nove reais (R\$ 1.639,00), segundo dados do censo de 2019 (IBGE).

Analisar o surgimento das políticas públicas é importante, pois sua história está diretamente relacionada à evolução dos direitos da pessoa com deficiência. Inclusive, neste mesmo sentido é a conquista da inclusão pelo esporte.

2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ESPORTES

A abordagem dos temas deficiência e esporte torna-se importante para a compreensão da temática tratada neste TCC, pois tem estreita relação com a vivência do apresentador Fernando Fernandes, e também com o viés da “superação de limites”, enfoque principal do programa “No Limite”.

Foi na Grécia Antiga que houve o surgimento dos Jogos Olímpicos, em 776 a.C. Nesta época, os jogos eram homenagens aos deuses gregos, conforme registros históricos e informações do Comitê Olímpico Brasileiro. Além disso, também eram vistos como ideais os corpos fortes, sadios e em perfeitas condições atléticas, no intuito de se alcançar melhores rendimentos nas competições. Lacerda (2007), na interpretação de Tatiane Hilgemberg em seu artigo “Jogos Paralímpicos: história, mídia e estudos críticos da deficiência” (2019 p. 3) afirma:

Lacerda (2007) tanto esporte quanto todas as outras indústrias dessa sociedade do consumo têm o objetivo comum de rejeitar o corpo velho, fraco, doente, incapaz ou deficiente. Ou seja, o esporte apresenta silhuetas variadas, muitas vezes antagônicas dependendo da modalidade praticada, porém a ideologia e simbologia do corpo ideal permanecem.

A evolução do esporte foi trazendo consigo novas perspectivas acerca do padrão corporal, conforme Hargreaves (1985 *apud* HILGEMBERG, 2019, p. 3):

Em torno de 1960 o amadorismo reinante vai minando até desaparecer por completo, e o esporte passa a se articular com os novos padrões de consumo da indústria do entretenimento em uma sociedade capitalista moderna. O principal elo entre esporte e sociedade do consumo, de acordo com Hargreaves (1985) é a preocupação de ambos em acomodar o corpo na constituição do sujeito norma.

Assim surgiram os Jogos Paralímpicos, com intuito de integralizar ex-combatentes que voltavam da guerra acometidos por alguma deficiência. De acordo com Hilgemberg (2019, p. 2):

Jogos Paralímpicos, que partiram de um começo modesto como uma competição para ex-militares que haviam adquirido uma deficiência e que chegam aos dias atuais indubitavelmente como o evento paradesportivo mais importante do mundo, além de ser o segundo maior evento esportivo em número de participantes e países.

Além disso, conforme a mesma autora, a fragilidade atribuída aos militares perante a sociedade era também atribuída às mulheres. Apesar de diversas vezes os atletas paralímpicos serem vistos como menos importantes, é necessário frisar que seus desempenhos têm superado o desempenho de atletas olímpicos, segundo informa Hilgemberg (2019, p. 4):

Cada vez mais os atletas com deficiência superam tempos, marcas, recordes, contudo a associação histórica entre deficiência e inabilidade, passividade e incompetência ainda fortes na sociedade também é estendida para o campo esportivo.

Ao mesmo tempo em que o esporte foi importante fração na inclusão de pessoas com deficiência, também teve a variante de tratamento desigual. Conforme Depauw (1997 *apud* HILGEMBERG, 2019, p. 4): “Como parte dessas mudanças, vemos o esporte tanto como lugar de conformidade com valores sociais dominantes, reproduzindo desigualdades, quanto local de resistência e mudanças desses mesmos valores”.

Do ponto de vista médico, as deficiências sempre foram consideradas a serem tratadas. Hilgemberg cita os autores Barnes (1999), Kama (2004) e Smith (2009) para explicar:

No modelo médico, que visa entender a deficiência, também conhecido como individual ou tradicional, a deficiência é vista como um problema que precisa ser tratado. Através deste modelo busca-se que as pessoas com deficiência sejam, ou voltem a ser, funcionais para que assim possam ser integradas à sociedade (KAMA, 2004). Este modelo trabalha a partir de uma perspectiva biológica e vê as limitações individuais como a principal causa das múltiplas dificuldades experienciadas pelas pessoas com deficiência (BARNES *et al.*, 1999). Também adota as definições e percepções nas quais a deficiência é tida como uma incapacidade que resulta na perda ou limitação de uma ou mais funções (THOMAS; SMITH, 2009).

Diferentemente do ponto de vista médico, o modelo social visa destacar que a deficiência por si só não é a presença de defeitos. Conforme Hughes (1997) e Smith (2003), citados por Hilgemberg (2019, p. 7):

O modelo social surge, então, com o objetivo de oferecer resistência a esta perspectiva medicalizada da deficiência, e é um produto da crítica ao capitalismo (HUGHES, 1999). Este modelo rejeita a visão de que a deficiência é causada pela presença de um “defeito”, e transfere o foco do corpo para o ambiente e as barreiras que excluem as pessoas com deficiência da sociedade (THOMAS; SMITH, 2003).

Desta forma, fatores sociais, políticos e culturais foram repensados. Tatiane Hilgemberg (2019, p. 8) apresenta o exemplo do impacto das parolímpíadas:

A partir dos Jogos de 1992 sediados por Barcelona, as Paralímpíadas passaram a ter suas próprias cerimônias de abertura e encerramento, o número de espectadores aumentou, bem como a cobertura midiática, e passaram a ser levantadas importantes questões sobre como as cidades sede encaravam as questões referentes à deficiência.

O modelo social também foi importante para que houvesse uma melhora de como este grupo se via na sociedade.

Hilgemberg (2019, p. 8):

A perspectiva do modelo social foi fundamental para que fatores econômicos e políticos fossem repensados, e para que a pessoa com deficiência passasse a, efetivamente, ter direitos. Esse modelo tem como suas principais forças: ser simples e ter gerado uma agenda clara de mudanças sociais; ter sido de extrema importância na libertação da pessoa com deficiência ao focar nas barreiras sociais e não nas limitações individuais; e ter sido fundamental para melhorar a autoestima desse grupo, construindo uma identidade coletiva positiva.

Apenas a partir de 1996, os jogos paralímpicos tiveram cobertura midiática relacionando a importância do reconhecimento da deficiência e da visão de que estes corpos estavam evoluindo na escala de desempenho.

Conforme Kittay (1999 *apud* HILGEMBERG, 2019, p. 9):

No entanto, tal como aconteceu com o modelo médico, o desenvolvimento do pensamento acerca da deficiência levou também o modelo social a ser alvo de críticas. Foram as feministas as primeiras a apontar os “problemas” do modelo social. Foram elas que pela primeira vez trouxeram o tema da dor e da experiência do corpo com deficiência e do corpo doente – aqueles que não serão produtivos ou independentes – para o centro das discussões. A filósofa sueca Eva Kittay (1999) argumenta em seu livro *Love’s Labor: essays on*

women, equality, and dependency que o modelo social ignorou o cuidado, que é o ponto central da maioria das organizações sociais voltadas à pessoa com deficiência; e ao contrário do modelo social acredita que a interdependência era o valor que melhor expressa a condição humana, ou seja, as relações de dependência são inevitáveis à vida social.

Schell (1999 *apud* HILGEMBERG, 2019, p. 10) também verificou que, a partir desta data, foi dada maior ênfase aos Jogos Paralímpicos.

Os Jogos de Atlanta em 1996 foram os primeiros a terem cobertura televisiva nos Estados Unidos (SCHELL; DUNCAN, 1999), e a partir dessa data verifica-se o aumento do número de direitos de transmissão vendidos a emissoras de televisão e rádio e do número de jornalistas presentes no evento – 2.300 em Sydney/2000; em Atenas/2004 3.103 jornalistas compareceram ao evento e um total de 617 horas de programação foram transmitidas em 25 países; 64 redes de tv e rádio de 80 países detinham os direitos de transmissão dos Jogos de Pequim em 2008 o que aumentou em 200% o tempo de cobertura comparado a Atenas; os Jogos de Londres/2012 foram transmitidos por 100 países batendo o recorde de audiência (dados do Comitê Paralímpico Internacional); recorde que foi novamente quebrado em 2016, considerado pelo Comitê Paralímpico Internacional como o evento com maior cobertura da história, chegando a 154 países.

No início do século XX surgiram os esportes adaptados com atividades voltadas para pessoas com deficiência auditiva. Após 1920, foi surgindo a inclusão das outras deficiências nas atividades e, com isso, a grande maioria das modalidades esportivas foram adaptadas para pessoas com os mais diversos tipos de deficiência. Em 1960 surgiram os Jogos Paralímpicos, mas somente na edição de 1972 o Brasil faria sua estreia na competição, realizada na Alemanha Ocidental.

Segundo o site oficial do Comitê Paralímpico Brasileiro, a primeira conquista brasileira aconteceu na edição de 1976, do Canadá. Lá, o paratleta Robson Sampaio de Almeida e Luiz Carlos, o “Curtinho”, conquistaram o segundo lugar na modalidade Lawn Bowls, antecedente à bocha, que era praticada na grama. Também segundo o CPB, tirando os primeiros dois eventos, os demais sempre ocorrem no mesmo local e ano, tanto as competições de inverno quanto as de verão.

Uma informação importante a destacar é que, apesar de o Brasil ser um dos países que mais tem participantes nos Jogos Paralímpicos, não há uma lei específica para tal. A lei que dá alguma ajuda para os atletas paralímpicos é a mesma que mencionamos anteriormente: a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), que no art. 42 aponta: “Art.42: A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.”

O Comitê Paralímpico Brasileiro iniciou suas atividades no início do ano de 1995, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Atualmente, localiza-se na cidade de São Paulo. O site oficial da instituição apresenta um gráfico que aponta a crescente evolução dos paratletas na competição olímpica. No ano de 1972 o Brasil competiu em 4 modalidades e não conquistou nenhuma medalha. Já nas últimas edições, que ocorreram em 2016 e 2021, nas cidades do Rio de Janeiro e Tóquio, respectivamente, os brasileiros conquistaram 72 medalhas. Nestas duas últimas edições, o país participou de mais de 20 modalidades e teve suas melhores colocações gerais, ficando em oitavo e sétimo lugar, respectivamente.

Engana-se quem imagina que o Comitê Paralímpico Brasileiro restringem-se apenas a atuar com os atletas quando acontecem os Jogos Paralímpicos, sejam de inverno ou verão. O CPB é a entidade que cuida e rege todas as questões relacionadas ao esporte adaptado no Brasil, conforme a própria instituição:

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) é a entidade que rege o esporte adaptado no Brasil. Representa e lidera o movimento paralímpico no país e busca a promoção e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência.

Com isso, o Comitê Paralímpico possui um papel importante para organização e participação dos atletas paralímpicos nas competições, como o CPB aponta:

O papel do Comitê Paralímpico Brasileiro é o de organizar a participação do país em competições continentais, mundiais e em Jogos Paralímpicos, além de promover o desenvolvimento dos diversos esportes paralímpicos no Brasil, em articulação com as respectivas organizações nacionais. Atualmente o CPB desempenha a função de confederação e organiza o calendário de competições de quatro modalidades: atletismo, halterofilismo, natação e tiro esportivo, replicando um modelo utilizado pelo Comitê Paralímpico Internacional.

O país, ao longo dos anos, tem aumentado o número de atletas em suas delegações nas suas participações nos Jogos Paralímpicos. Na estreia brasileira, no início da década de 1970, o país foi à Alemanha com 20 atletas homens e nenhuma atleta mulher. Em 2021, competiu em Tóquio com o total de 260 atletas, sendo 164 homens e 96 mulheres.

No começo dos anos 2020, são mais de 20 tipos de esportes que fazem parte dos Jogos Paralímpicos de Verão, como aponta o Comitê Paralímpico Brasileiro:

Atualmente, 22 modalidades fazem parte do programa paralímpico dos Jogos de Verão (atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, parabadminton, parataekwondo, remo, rúgbi em cadeira de rodas, tiro com arco, tiro esportivo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, triatlo e vôlei sentado).

De acordo com o CPB, cada modalidade esportiva tem o seu método para classificar os paratletas, seja de maneira funcional, oftalmológica e psicológica. Isso faz com que as competições sejam realizadas de maneira equiparada, havendo justiça nos resultados. Um exemplo é o atletismo, modalidade que possui provas diversas para pessoas cadeirantes, amputadas e com deficiência intelectual e visual.

A delegação paralímpica brasileira é uma equipe vencedora. Já participou de 12 edições dos Jogos Paralímpicos de Verão e tem inúmeras conquistas, como informa o Comitê Paralímpico Brasileiro: “O Brasil já acumulou 302 medalhas, sendo 87 de ouro, 112 de prata e 103 de bronze”. A natação é a modalidade que tem o recorde de medalhas entre os atletas brasileiros paralímpicos. O recordista é o atleta Daniel Dias, com 24 medalhas, segundo o Comitê Paralímpico Brasileiro:

Sendo 14 de ouro, sete de prata e três de bronze. Em Pequim 2008, Daniel terminou os jogos com quatro medalhas de ouro, quatro de prata e uma de bronze. Em Londres 2012, o nadador conquistou mais seis medalhas de ouro paralímpicas em sua carreira. No Rio 2016, o multimedalista foi ao pódio nove vezes, levando quatro ouros, três pratas e dois bronzes.

Como o Comitê Paralímpico Brasileiro faz a função de confederação para apenas quatro modalidades, ele abarca mais de 10 entidades, que são filiadas à instituição para cuidar da organização das demais atividades esportivas adaptadas e seus respectivos atletas, segundo o site oficial do CPB:

Quinze confederações são filiadas ao CPB e elas organizam o calendário dos demais esportes paralímpicos. Algumas dessas entidades não estão ligadas diretamente a apenas uma modalidade. São elas: Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais (ABDEM); Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE) – responsável pela bocha e do futebol de 7 (paralisia cerebral); Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas (CBBC); Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa); Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC); Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) – trabalha com o futebol de 5, judô e goalball; Confederação Brasileira de Esgrima (CBE); Confederação Brasileira de Hipismo (CBH); Confederação Brasileira de Remo (CBR); Confederação Brasileira de Tênis (CBT); Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM); Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTARCO); Confederação Brasileira de Triathlon (CBTRI); Confederação Brasileira de Vela Adaptada (CBVA) e Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD).

O esporte tem inúmeros papéis dentro de uma sociedade, e para as pessoas com deficiência isso não é diferente. Com isso, há possibilidade de qualquer um tentar ser atleta e vencedor, como o nadador brasileiro Daniel Dias e outros. O Comitê Paralímpico Brasileiro indica as melhores práticas para se começar a vida de atleta:

Os clubes, associações esportivas e as Secretarias de Esporte, de Educação, de Assistência Social e da Pessoa com Deficiência (se existir) das respectivas cidades são o melhor caminho para ter o primeiro contato com o esporte adaptado. São os profissionais destes locais que fazem a indicação do melhor esporte de acordo com a deficiência. Para encontrar a lista de clubes/associações vinculados ao Comitê Paralímpico Brasileiro nos Estados.

Antes de participar de competições nacionais e internacionais (e algumas municipais e regionais), é preciso passar pela classificação esportiva paralímpica, que consiste no nivelamento e na divisão por classes de acordo com o tipo e nível de deficiência. Cada esporte possui a sua classificação específica, podendo ser oftalmológica, para os atletas com deficiência visual, funcional, para os atletas com deficiência física, e psicológica, para atletas com deficiência intelectual. Essa categorização permite que as disputas sejam justas e equilibradas. As participações em competições nacionais, internacionais e em Jogos Paralímpicos dependem do rendimento de cada atleta.

A evolução da visão de corpo ideal também se deu a partir da alteração de termos que se referem à deficiência. Conforme Newlands (2012 *apud* HILGEMBERG, 2019, p. 14):

Um exemplo de mudança positiva no uso da linguagem, para além do aumento de terminologias genéricas, foi a queda na utilização de terminologias marcadoras da deficiência (de 42% em 1996 para 5% em 2016) que são ligadas ao modelo médico. Newlands (2012) afirma que diversos pesquisadores encontram problemas com a linguagem utilizada pelos jornalistas para representar os atletas paralímpicos, que, geralmente, é baseada em termos médicos ou no discurso do “herói deficiente”.

O uso repetitivo de termos aparentemente nascentes reforça preconceitos, de forma que a mídia tem alto nível de responsabilidade na disseminação de informações e de uso da linguagem. Conforme Marques (2001 *apud* HILGEMBERG, 2019, p. 12):

De acordo com Marques (2001), às vezes o uso de certos termos, muito difundidos e aparentemente inocentes, reforça preconceitos. A linguagem molda significado sendo negativo, positivo, crítico ou celebratório, mas sempre há significado nas matérias jornalísticas. Assim, quando o jornalista utiliza um conjunto de linguagens em sua história, ou os editores reafirmam um conjunto de códigos culturais em suas produções noticiosas, eles reforçam categorias e conhecimentos culturais. Em outras palavras, linguagem molda significado e o significado é controlado por aqueles em posições hegemônicas nas redes ou instituições ou em ambos (NEWLANDS, 2012). Devenney (2005) através de um estudo realizado com um grupo focal de pessoas com deficiência, concluiu que os participantes acreditam que a linguagem influencia na forma com que as pessoas se comportam frente à deficiência.

Vimos neste capítulo um pouco da história dos esportes adaptados. O quanto importante ele foi para auxiliar na evolução das pessoas com deficiência perante a sociedade.

3 JORNALISMO, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TEORIA DO AGENDAMENTO

Neste terceiro capítulo, o trabalho pretende se dedicar à explicação da teoria do agendamento, do conceito de jornalismo e suas funções, bem como tratar da representatividade das pessoas com deficiência nesse meio.

Para embasamento teórico, os autores Nelson Traquina (2005), Bond (1962), Lage (2001), Norberto (1979), Pinto (2009), Souza (2004), Travancas (1993), Vivarta (2003), Moraes e Sclarick (2020), McCombs (2009) e Walter Lippmann (1922), Hohlfeld (2008), entre outros, são consultados. Essa abordagem é necessária para entender como se dá o agendamento das pessoas com deficiência na imprensa.

3.1 CONCEITO DE JORNALISMO

De acordo com Nelson Traquina (2005), o jornalismo é uma atividade que teve seu início no século XIX. Ao longo desse século, muitas pessoas passaram a ter suas atividades integrais ligadas às empresas jornalísticas e, com a expansão dos jornais, a busca pelas informações se tornou o principal objetivo. A partir daí, Traquina (2005), acredita:

Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão, e a noção do jornalismo como um serviço público - uma constelação de ideias que dão forma ao emergente “polo ideológico” do campo jornalístico.

A partir disso, segundo Bond (1962), o jornalismo, de modo geral, são informações de fatos que acontecem que são devidamente apurados, checados, contextualizados e posteriormente repassados à sociedade, para dá-la conhecimentos e orientá-la a ter uma opinião, promovendo o bem comum.

Já para Traquina (2005), a profissão, por meio de suas narrativas, tem como objetivo colocar e definir o que é notícia, de que maneira ela é construída e suas informações, e, por consequência, esse poder que a profissão e o profissional jornalista têm ao contar suas histórias, com interferência na realidade da sociedade por meio de suas narrativas.

3.2 FUNÇÕES DOS JORNALISTAS

Atualmente, o principal lugar onde todo o trabalho dos jornalistas acontece é a redação jornalística. Geralmente, um local grande e com agito de profissionais em busca incessante das informações, para passar da melhor forma à sociedade os fatos relevantes que acontecem no dia a dia, gerando assim conhecimento e pautando os debates que os públicos fazem entre si.

Teóricos como Lage (2001), Norberto (1979), Pinto (2009), Souza (2004) e Travancas (1993) abordam, em seus estudos e obras, os conceitos sobre as funções da profissão jornalística em uma redação, sendo algumas das principais: chefe de reportagem, diagramador, editor, fotógrafo, pauteiro, produtor, redator e repórter.

Aqui, o objetivo é dar enfoque à mídia televisiva e à linha de frente do profissional deste meio de comunicação, explicando e detalhando de forma mais aprofundada a função do repórter ou apresentador televisivo.

O profissional de televisão atua ao vivo ou em participações gravadas nos programas de sua emissora, ganhando mais visibilidade e notoriedade ao expor ao público além da sua voz, a sua imagem.

A reportagem, por ser a função com mais proximidade dos fatos, personagens e realidade dos acontecimentos, tem uma importância muito grande na profissão. Quando ocorre uma enquete ou perguntas aos profissionais do jornalismo, bem como ao público receptor dessa atividade profissional, sobre quem possui a maior importância e relevância, sem dúvida nenhuma que o respondido é: o repórter (LAGE, 2001). Isso acontece porque esta função do jornalismo quase sempre é a voz da população, já que este profissional tem a possibilidade de estar onde a sociedade muitas vezes não pode estar, e possui a técnica necessária para esclarecer as dúvidas que o público possa vir a ter.

Lage (2001) aponta os principais atributos de um repórter:

O repórter está onde o leitor ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante. Essa função é exatamente definida como a de agente inteligente. Um agente inteligente deve ter autonomia, isto é, operar sem intervenção direta de seu contratante; ter habilidade social, isto é, interagir com outros agentes desenvolvendo, para isso, competência comunicativa; ser reativo, isto é, perceber o meio em que atua e responder em tempo aos padrões de mudança que ocorrem nele; e ser capaz de tomar a iniciativa, comportando-se de modo a cumprir sua tarefa.

Além da reportagem, também é muito importante a função do apresentador dos programas de televisão. Essa função dentro da profissão é essencial, uma vez que é este profissional que está no comando em frente às câmeras de uma atração televisiva. No telejornalismo, segundo Marcondes Filho (1988), o apresentador passa as notícias aos seus telespectadores, de maneira firme e oficial, dos acontecimentos diários.

Sendo assim, nas atividades de uma profissão tão abrangente como o jornalismo precisa haver representatividade de todos os tipos de pessoas, inclusive daquelas com deficiência.

3.3 REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO JORNALISMO

A presença do jornalista com deficiência nos veículos de comunicação é uma conquista que vem aos poucos sendo alcançada por profissionais que lutam pelo reconhecimento e valorização de seus trabalhos.

Na televisão, ainda é baixa a representatividade de profissionais com deficiência em frente às câmeras: as pessoas ainda não estão acostumadas a ver pessoas com deficiência na TV. Mas elas existem. É o caso da jornalista Flávia Cintra, do Grupo Globo. No programa “Fantástico”, nos deparamos com a presença de uma pessoa com deficiência sendo repórter. Cintra, que ficou tetraplégica aos 18 anos, tornou-se uma militante de causas que envolvem pessoas com deficiência no Brasil.

A TV Brasil, emissora televisiva subsidiada pelo governo brasileiro, exibe, há 18 anos, um programa chamado “Programa Especial”, que tem como pauta majoritária as pessoas com deficiência e sua inclusão na sociedade. A âncora do programa é a jornalista tetraplégica Juliana Coutinho Oliveira. Também atua como repórter a jornalista cadeirante Fernanda Honorato.

A atração possui legenda, audiodescrição e tradução em Libras, e é um dos primeiros a trazer pessoas com deficiência para a função apresentação e repórter. Na Record TV e Record News, desde o ano de 2020 o jornalista Daniel Toco, que nasceu com agenesia de membros (não tem parte do braço direito), trabalha como repórter.

A temática sobre a deficiência física necessita do profissional do jornalismo que trabalha com esse tipo de cobertura um estudo aprofundado para que seu trabalho jornalístico seja eficaz. O jornalista, primeiramente, precisa saber os conceitos básicos acerca do tema e não perder o senso crítico, imprescindível na

profissão. Um exemplo disso é estar a par da linguagem correta para utilizar nas diversas situações. Vivarta (2003, p. 38) aponta:

O rigor com os conceitos está intimamente ligado à atenção com a linguagem. A mudança de mentalidade deve estar atrelada à terminologia. O ideal é que a comunidade midiática se dedique a transformar a mentalidade de seus leitores. Questionamentos e práticas suscitam uma permanente revisão dos termos que se referem a determinado segmento social. Por isso é fundamental que o jornalista procure se inteirar sobre estas mudanças de uso e significado das palavras, lendo publicações especializadas ou participando de eventos específicos.

O jornalista precisa estar atento para não cometer erros de definições, pois, segundo Vivarta (2003), cabe a este profissional atualizar a sociedade sobre os conceitos contemporâneos, que acabam gerando novas práticas. Também é possível perceber que o jornalismo costumeiramente dá maior atenção para a temática em dias comemorativos, e na pauta diária jornalística a cobertura é menor, como diz Vivarta (2003):

Em Dias Especiais — e isso já era esperado — quando Deficiência é o Foco Central, o assunto acaba prioritariamente inserido na pauta da imprensa como repercussão de eventos específicos (25,5%) e de histórias individuais (22,1%). Tanto na amostragem por Mês Composto quanto nos Dias Especiais, sempre que a matéria citou algum tipo de deficiência transversalmente, e não como foco principal, isto se deveu a anúncio oficial de novas medidas (20,6% e 22%, respectivamente).

A pesquisa foi feita em 2003 e foi um projeto realizado pela Fundação Banco do Brasil e pela Agência de Notícias e Direitos da Infância (ANDI). Com base na leitura e análise de 1.192 matérias dos mais diversos jornais brasileiros, de publicações dos periódicos no ano de 2002, a ANDI chegou à conclusão que a baixa cobertura ou cobertura superficial sobre a temática deficiência feita pelos veículos não é por querer evitar esse tipo de abordagem, e sim porque estes não sabem como fazer. Assim, resolveu produzir essa pesquisa para auxiliar os profissionais jornalistas, estudantes e professores de comunicação a conhecer melhor a pauta para que façam uma cobertura cada vez melhor sobre questões e os fatos que envolveram este público.

O artigo “O outro com deficiência na TV: uma análise da representatividade por apresentadores e repórteres no telejornalismo e demais gêneros televisivos”, das autoras Carolina de Medeiros Reis Moraes e Kelly Sclarick (2020), trata da

verificação da representatividade e inclusão das pessoas com deficiência no exercício do telejornalismo e demais atividades da profissão jornalística audiovisual.

As autoras usaram como método a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, por meio de entrevista com telejornalistas, para verificar quais seriam as dificuldades e percalços que esses profissionais enfrentam para estar na linha de frente da mídia televisiva, além de entrevistas com pessoas com deficiência para saber se eles se sentem representados na televisão.

Após o estudo, Carolina de Medeiros Reis Moraes e Kelly Sclarick (2020 p. 17) concluem:

Assim, concluímos que a presença de repórteres e apresentadores na TV, nos mais variados gêneros televisivos, permite que o público com deficiência se reconheça e seja reconhecido como cidadão. É a identificação com esse outro com deficiência. E, conseqüentemente, o que leva ao empoderamento dessas pessoas, ainda tão excluídas do modelo hegemônico da sociedade.

Assim, vemos quão importante é a presença das pessoas com deficiência na imprensa de televisão, tanto para os profissionais da área como para o público do jornalismo. Com isso, os jornalistas precisam colocar essas demandas em suas pautas.

3.4 TEORIA DO AGENDAMENTO

A Teoria do Agendamento ou Hipótese do Agendamento surgiu nos anos 1970; desenvolvida pelos teóricos Maxwell McCombs e Donald Shaw, que, na época jovens professores, queriam entender qual a influência da mídia de massa sobre a opinião e imagem que o público tem sobre a sua realidade. Com isso, eles tiveram a ideia de estudar um caso real de uma eleição presidencial dos Estados Unidos, situação em que existiam eleitores indecisos sobre o voto, mas interessados na eleição, e, com isso, estariam mais disponíveis à influência da imprensa, pois era ela que apresentava os principais temas da campanha. Este estudo foi denominado à época de Chapel Hill, hoje conhecido como a origem da Teoria da Agenda, segundo McCombs (2009), autor principal desta teoria.

De acordo com McCombs (2009), a teoria até pouco tempo tinha uma ênfase primária de agenda em temas públicos, principalmente em manifestações do público acerca das pesquisas dos veículos de notícias. McCombs (2009, p. 12) afirma: “A

Teoria da Agenda evoluiu a partir de uma descrição e explanação da influência que a comunicação de massa tem na opinião pública sobre os temas do dia”. A partir daí, em seu livro, McCombs (2009) aponta que seu objetivo é mostrar ideias iniciais do papel dos veículos de massa na formação da opinião do público, para que o estudo siga adiante.

O jornalismo tem princípios éticos que precisam ser seguidos pelos seus profissionais e, com isso, o papel da mídia de massa não é apenas decidir o que a sociedade precisa saber no dia, e sim de que forma isso está impactando na rotina da sociedade. O que dá a importância do profissional ter certeza que sua agenda representa o que o público precisa saber. McCombs (2009, p. 15-16) afirma:

Em boa medida, o jornalismo está estabelecido na tradição dos contadores de histórias. Contudo, bom jornalismo é mais do que simplesmente contar uma boa história. É contar histórias que possuam utilidade cívica significativa. Este papel que a mídia tem de definir a agenda liga o jornalismo e sua tradição de contar história à arena da opinião pública, uma relação com consideráveis consequências para a sociedade.

Para McCombs (2009), os jornalistas fazem muito mais do que apresentar os fatos importantes do dia, com sua escolha diária focam a atenção e influenciam as percepções dos acontecimentos. Para ele, esta técnica veio a ser chamada de função de agendamento de veículos noticiosos. O autor ainda ressalta que o público usa estas escolhas da mídia para determinar sua própria agenda e delimitar o que é mais importante. McCombs (2009, p. 18) diz:

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento público — e possivelmente, ação — é o estágio inicial na formação da opinião pública.

O autor acredita que o público tem opiniões sobre diversos assuntos ou coisas, mas que apenas algumas realmente a pessoa tem mais interesse. Com isso, McCombs (2009, p. 18-19) afirma:

O papel do agendamento desempenhado pelos veículos noticiosos é a sua influência na saliência de um assunto, sua influência sobre se algum número significativo de pessoas realmente considera que vale a pena sustentar certa opinião sobre um assunto.

Mas antes de McCombs e Donald Shaw estudarem e criarem a hoje conhecida Teoria do Agendamento ou Hipótese do Agendamento, McCombs (2009) classifica o teórico Walter Lippmann como o pai intelectual da ideia que por ele foi denominada. Isto porque em 1922, Lippmann, no livro *Opinião Pública*, no capítulo inicial de sua obra, já resumia o que era a teoria, mesmo não usando a mesma expressão utilizada por McCombs.

De acordo com Walter Lippmann (1922), os veículos noticiosos são as janelas do vasto mundo que existe além da própria experiência do público, fazem a determinação dos mapas cognitivos do mundo que o público não vivencia diretamente, e a opinião do público não é de acordo com a realidade e, sim, pela pseudorrealidade criada pela mídia.

Mas além disso, segundo McCombs (2009), há muitas outras coisas que fazem determinado indivíduo ter essa ou aquela percepção sobre uma temática, e não somente o recorte que a mídia de massa faz. A partir disto, McCombs (2009, p. 42) acredita:

Como nos sentimos sobre determinado tema pode ser decorrência de nossa experiência pessoal, cultural geral ou da exposição aos mass mídia. Tendências na opinião pública sobre um tema são estabelecidas ao longo do tempo por novas gerações, eventos externos e a mídia.

Apesar disso, McCombs (2009) crê que os efeitos do agendamento realizado pela mídia de massa, do jornalismo e seus profissionais é muito grande perante o público: “Contudo, a proposição geral referendada por esta evidência acumulada sobre os efeitos do agendamento é que os jornalistas influenciam significativamente as imagens do mundo de suas audiências” (MCCOMBS, 2009, p. 42).

O autor acrescenta que esta influência feita pela agenda muitas vezes é inesperada, uma vez que os noticiários, sejam eles televisivos, online, independentemente do meio de comunicação, têm limites de espaço para sua produção; com isso, é necessário que os jornalistas precisem publicar os fatos mais importantes do momento. McCombs (2009, p. 42) acrescenta:

O agendamento dirige nossa atenção às etapas formativas da opinião pública quando então os temas emergem e logo conquistam a atenção do público, uma situação que confronta os jornalistas com uma forte responsabilidade ética para selecionar cuidadosamente os temas em suas agendas.

O autor (2009) acredita em sua hipótese ou Teoria do Agendamento, mesmo que alguns profissionais do jornalismo afirmem a inexistência de qualquer influência de agendamento perante ao público. McCombs (2009, p. 44) afirma: “Nós simplesmente reportamos as notícias do que está acontecendo no mundo, eles dizem”.

O autor ainda coloca que, apesar de defender que o jornalismo, sim, faz um agendamento e uma edição dos fatos que acontecem no mundo, não acredita e não significa que a notícia seja um produto fabricado, e está longe disso. Para McCombs (2009, p. 44), “Jornalismo é uma atividade empírica baseada em observação verificável”.

O teórico acredita que o fato de haver muitos acontecimentos e fatos para serem devidamente verificados e checados, e os profissionais não terem a capacidade de coletar as informações necessárias de todos os ocorridos para disponibilizar para o público, faz os jornalistas utilizarem suas técnicas para selecionar o que julgam mais importante. Segundo McCombs (2009, p. 45), essa escolha gera uma consequência:

O resultado é que os veículos noticiosos apresentam uma visão limitada do ambiente mais amplo, algo como a visão altamente limitada do mundo exterior disponível através de uma estreita fresta das janelas de alguns edifícios contemporâneos. Esta metáfora é ainda mais eficiente se a vidraça for um pouco opaca e tiver uma superfície irregular.

Em cima disso, McCombs (2009) reforça o seu pensamento e reflexão de que os veículos de comunicação não são apenas transmissores dos principais acontecimentos do dia a dia de uma sociedade. Para ele, os jornalistas profissionais têm a técnica necessária para condicionar a opinião dos cidadãos: “A mídia constrói e apresenta ao público um pseudoambiente que significativamente condiciona como o público vê o mundo” (MCCOMBS, 2009, p. 47).

Para McCombs (2009), os efeitos da Teoria do Agendamento feitos pela mídia comunicacional são grandes, e de maneira desenvolvida em várias ou específicas temáticas. De acordo com o autor (2009, p. 65), “O agendamento é um efeito robusto e amplo de comunicação de massa, um efeito que resulta de conteúdo específico nos *mass media*”.

Além disso, McCombs (2009) coloca que os efeitos da Teoria do Agendamento produzida pela mídia não são diferentes nas pessoas pelos distintos níveis intelectuais ou financeiros de uma sociedade. McCombs (2009, p. 74) propõe:

“Em outras palavras, os efeitos do agendamento da mídia não se manifestam criando diferentes níveis de saliência de todos os indivíduos para cima e para baixo ao longo do tempo”.

Com isso, o teórico reafirma a sua maneira de pensar acerca do agendamento que os meios de comunicação produzem ao transmitir uma informação noticiosa.

Para ele, as informações repassadas pelos jornalistas podem permanecer na agenda e opinião dos cidadãos mais ou menos tempo, de acordo com o tema da notícia. McCombs (2009, p. 77) afirma:

No entanto, duas outras investigações sobre o padrão do tempo para os efeitos do agendamento também sugerem que o período de tempo envolvido na transferência da saliência de um tópico da agenda midiática para a agenda pública é geralmente de um prazo de quatro a oito semanas.

Segundo o autor, após a hipótese ou a Teoria do Agendamento ser entendida pelas pessoas, muitos começaram a questionar se os efeitos do agendamento se diferenciavam ou eram maiores ou menores por conta do tipo de veículo de comunicação. McCombs (2009) afirma que a resposta mais apropriada é: depende da situação que a teoria é utilizada. Um viés aponta que não são todas as pesquisas que fazem esse tipo de comparação. Outros apontam que a televisão atinge um poder maior sobre os efeitos da agenda perante o público. Outros colocam que a junção das mídias eletrônicas e impressas pode criar uma única agenda; enfim, como pode-se perceber, a resposta “depende” é a mais apropriada.

Porém, segundo McCombs (2009), após longos anos de evidências coletadas acerca dos efeitos do agendamento, pode haver diferentes e novas reflexões sobre isso. O autor coloca que, genericamente, de maneira empírica não há diferenças entre os efeitos de agendamento atingidos pelo noticiário e televisão; outro pensamento é de que os jornais têm vantagem sobre a televisão, o que, para muitos, é surpreendente.

Após pensamentos genéricos, McCombs (2009) teoricamente sugere, sim, que os jornais diários têm uma capacidade maior de obter êxito de estar de maneira mais forte na agenda do público, por haver mais espaço para abordarem os assuntos que desejarem, fazendo com que o público tenha um aprofundamento maior sobre aquilo que deseja se informar. McCombs (2009, p. 83-84) aponta:

O noticiário de televisão parece muito mais como a primeira página do jornal. Os leitores de jornais podem ter considerável exposição a um assunto muito antes que ele alcance o ápice da agenda dos jornais ou venha a aparecer na agenda televisiva.

Além disso, McCombs (2009) coloca que em certos lugares há um fator a mais que ajuda os periódicos a terem uma vantagem sobre as emissoras de televisão: o fato de que há um número grande de países onde os meios televisivos têm seus controles feitos por seus governantes; ao contrário da mídia impressa, onde os jornais têm seus controles feitos de maneira privada. Para McCombs (2009, p. 84), isso tem consequência: “Trata-se de uma situação que pode diminuir a credibilidade das notícias de televisão”.

Há outros teóricos que ao longo dos anos se dedicaram a entender e interpretar a hipótese ou Teoria do Agendamento. Um deles é Antonio Hohlfeldt (1997). O estudioso entende que o Agendamento trata-se de uma hipótese, e não teoria, já que, para ele, a denominação teoria decorre de algo fechado, ou seja, um pensamento fechado e, com isso, não abre concessões para que seja com o tempo incrementada. Hohlfeldt (1997, p. 43) explica:

Ora, antes de mais nada, porque uma teoria, como enfatizei anteriormente, é um paradigma fechado, um modo “acabado” e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, pela qual “traduzimos” uma determinada realidade segundo um certo “modelo”.

Já a hipótese para Hohlfeldt (1997) é o antônimo, por se tratar de um pensamento aberto e, a partir disso, com o tempo serem feitas incrementações e testes acerca do estudo.

Hohlfeldt (1997, p. 43) discorre:

Uma “hipótese”, ao contrário, é um sistema aberto, sempre inacabado, infenso ao conceito de “erro” característico de uma teoria. Assim, a uma hipótese não se pode jamais agregar um adjetivo que caracterize uma falha: uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não “der certo” naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica. Pelo contrário, levanta, automaticamente, o pressuposto alternativo de que uma outra variante, não presumida, cruzou pela hipótese empírica, fazendo com que, na experiência concretizada, ela não se confirmasse.

Além disso, Hohlfeldt (1997) acrescenta que existem pressupostos da hipótese ou Teoria do Agendamento, como o fluxo contínuo da informação, e também

a questão de que os veículos de comunicação não influenciam o público de maneira imediata e, sim, com o passar do tempo. Hohlfeldt (1997, p. 44) afirma:

Ou seja, é mediante a observação de períodos de tempo mais longos do que os habitualmente até então configurados que podemos aquilatar, com maior precisão, os efeitos provocados pelos meios de comunicação. Mais que isso, deve-se levar em conta não apenas o lapso de tempo abrangido por uma determinada cobertura jornalística quanto, muito especialmente, o tempo decorrido entre esta publicidade e a concretização de seus efeitos em termos de uma ação consequente por parte do receptor.

Hohlfeldt (1997) ainda acredita em mais um pressuposto que decorre da hipótese ou Teoria do Agendamento. Este pensamento do teórico diz que os *mass media* não têm a capacidade de imposição do modo de pensar acerca de um tema, mas sim que, ao longo do tempo, os veículos de comunicação podem ter influência na fala e no pensamento do público:

O que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar, o que motiva o batismo desta hipótese de trabalho. Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados e agendados pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social (HOHLFELDT, 1997, p. 44).

O autor enxerga que o agendamento, além de ser relacionado com o jornalismo, pode se relacionar com outras teorias, bem como outras áreas de estudo. Hohlfeldt (1997, p. 50) explica:

Por exemplo, se o agendamento se preocupa com a relação mídia-receptor e as interinfluências desse processo, poderemos aprofundar um estudo, através do *newsmaking*, verificando quais as rotinas que as mídias desenvolvem para alcançar determinado agendamento. Ou, sob perspectiva diversa, a partir de uma perspectiva de agendamento buscar entender os mecanismos pelos quais houve uma espiral de silêncio sobre outros tantos temas que, apesar de hipoteticamente significativos, foram marginalizados pelas mídias.

Hohlfeldt (1997) crê também que a influência que o emissor da mensagem terá sobre o receptor dependerá do quanto quem recebe está aberto a ser influenciado por determinada informação:

Conclui-se, assim, que a influência do agendamento por parte da mídia depende, efetivamente, do grau de exposição a que o receptor esteja exposto, mas, mais que isso, do tipo de mídia, do grau de relevância e

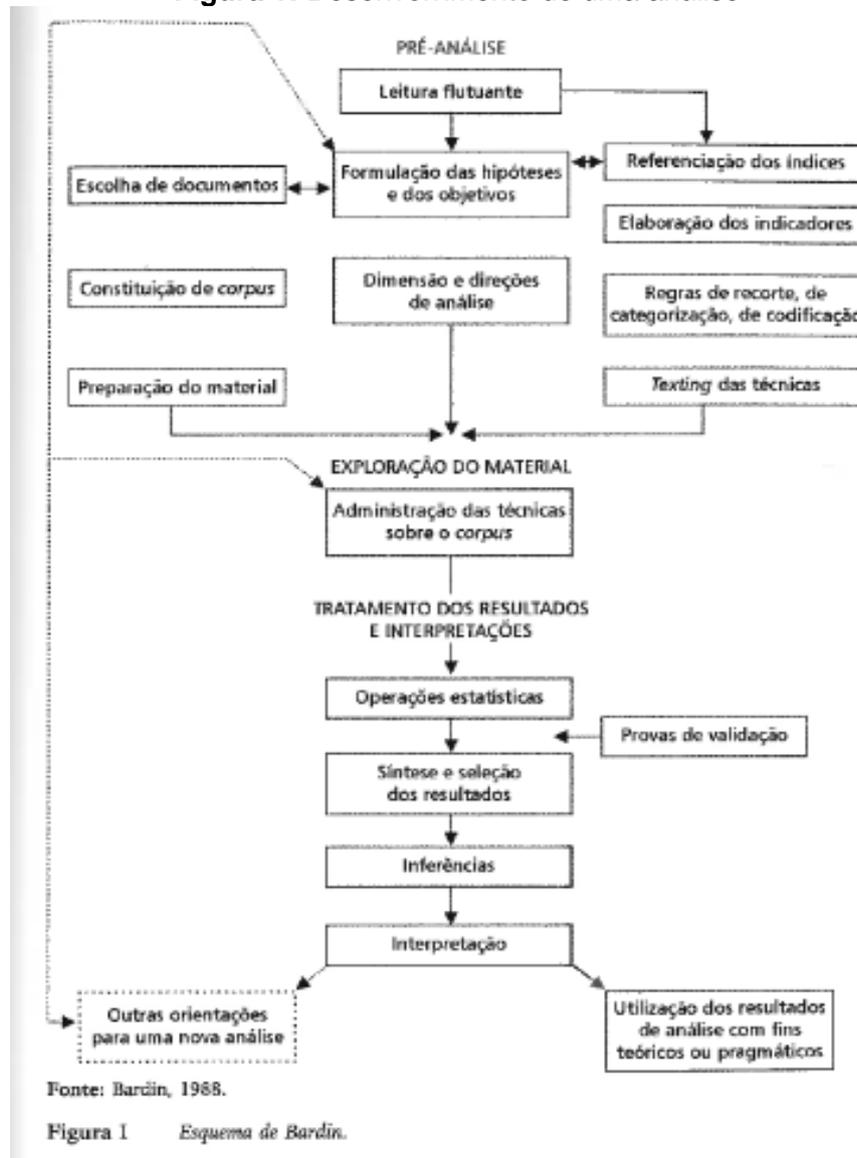
interesse que este receptor venha a emprestar ao tema, a saliência que ele lhe reconhecer, sua necessidade de orientação ou sua falta de informação, ou, ainda, seu grau de incerteza, além dos diferentes níveis de comunicação interpessoal que desenvolver.

A partir da contextualização do que se trata a Teoria do Agendamento e suas consequências, percebe-se quão importante é a realização de uma agenda de qualidade por parte do profissional de jornalismo e a influência dessas escolhas no debate público. Em nosso caso, interessa investigar como aconteceu o agendamento do anúncio de Fernando Fernandes como apresentador *do reality* “No Limite.”

4 ANÁLISE: O AGENDAMENTO MIDIÁTICO DE FERNANDO FERNANDES COMO APRESENTADOR DO REALITY NO LIMITE (2022)

A técnica que será usada nesse Trabalho de Conclusão de Curso será a Análise de Conteúdo. O esquema abaixo explica na prática todo o desenvolvimento de uma análise de conteúdo, o qual será descrito com mais detalhes na continuidade deste capítulo:

Figura 1: Desenvolvimento de uma análise



Fonte: Duarte e Barros (2005).

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Esta técnica corresponde a um tipo de investigação. Sua utilização acontece principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais. O tipo de investigação feita na Análise de Conteúdo é sobre casos simbólicos, por meio da técnica de pesquisa (KRIPPENDORF, 1990, p. 15-16 *apud* DUARTE; BARROS, 2005, p. 280). De maneira constante, a técnica vem sendo aprimorada, mas teve seu início no século XVIII na Suíça. Porém, foi no século XX que ela foi adotada de maneira mais contínua, no âmbito político (KIENTZ, 1973 *apud* DUARTE; BARROS, 2005, p. 281).

Conforme estudos realizados pelos teóricos, o método é desenvolvido em algumas fases, que compreendem: (1) Organização da Análise; (2) Codificação; (3) Categorização; (4) Inferência e (5) Tratamento Informático. Essas etapas definem o processo do que trata uma Análise de Conteúdo.

A primeira fase, chamada Organização da Análise, possui três processos dentro dela. O primeiro passo chama-se Pré-Análise. Segundo Bardin (1988, p. 290), refere-se a: “consiste no planejamento do trabalho a ser elaborado, procurando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas, contempladas num plano de análise”.

O segundo processo dentro da primeira fase da análise de conteúdo se chama Exploração do Material. Para Bardin (1988), esta etapa diz respeito à parte que o cidadão realmente trabalha em cima do que foi escolhido na Pré-Análise. Bardin (1988, p. 290) define como:

[...] refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas. Se a pré-análise for bem-sucedida, esta fase não é nada mais do que a administração sistemática das decisões tomadas anteriormente.

O terceiro processo da primeira fase da Análise de Conteúdo é o Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação. De acordo com Bardin (1988), esta fase é a parte que a pessoa trata os resultados e faz com que sejam utilizáveis para a sua análise. Para Bardin (1988, p. 290), esta parte é:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas (quando for o caso) permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos. A partir desses resultados, o analista pode então fazer inferências.

Bardin (1988) considera a Pré-Análise uma das partes mais essenciais de uma análise. Uma vez que se obtém o alicerce para a análise completa. Com isso, Bardin (1988, p. 290) salienta:

De todas as fases da análise de conteúdo, a pré análise é considerada uma das importantes, por se configurar na própria organização da análise, que serve de alicerce para as fases seguintes. Envolve a escolha de documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, bem como a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

A segunda fase chama-se Codificação. Esta segunda fase de uma Análise de Conteúdo trata-se do momento em que o profissional que está analisando o conteúdo vai olhar o material selecionado e entendê-lo, para melhor analisá-lo. Bauer (2002, p. 199) esclarece:

A codificação é o processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado. Sua principal função é servir de elo entre o material escolhido para a análise e a teoria do pesquisador, pois, embora os documentos estejam abertos a uma multidão de possíveis questões, a análise de conteúdo os interpreta apenas à luz do referencial de codificação.

Bardin (1988) crê que, para a Codificação obter assertividade na sua execução, a pessoa utilizando o método de Análise de Conteúdo deve ter feito de maneira correta a Pré-Análise. Bardin (1988, p.294) aponta:

Para esse processo ser bem-sucedido, é necessário que o pesquisador já tenha feito a “lição de casa” da pré-análise, como a escolha do tema a ser pesquisado, a adoção de um referencial teórico, a formulação de hipóteses e objetivos, a definição do corpus etc. A codificação compreende três fases: (a) o recorte - escolha das unidades de registro e de contexto; (b) a enumeração — escolha das regras de enumeração; (c) a classificação e agregação das categorias.

Bardin (1988) diz que a unidade de registro corresponde a parte do objeto que o analista escolhe para fazer a sua pesquisa. Ou seja, se ele irá olhar uma reportagem, quais os aspectos desta matéria ele vai se debruçar e produzir sua Análise de Conteúdo. Bardin (1988, p. 294) explica:

As unidades de registro podem ser consideradas partes de uma unidade de amostragem, estabelecida anteriormente na constituição do corpus. Se a unidade de amostragem for a edição de um jornal, por exemplo, as unidades de registro podem ser as notícias de interesse para a pesquisa publicadas nessa edição. A análise de conteúdo contempla diversas formas de unidade de registro: as palavras-chave de um discurso político, os personagens de um filme ou romance, os anúncios publicitários de uma revista, os acontecimentos de um período histórico etc. Alguns textos sobre análise de conteúdo incorporam esta modalidade às unidades de enumeração, ou unidades espaço-temporais, como o minuto de emissão radiofônica, a sequência de um filme, o centímetro coluna das notícias dos jornais etc.

Para Bardin (1988), a unidade de contexto refere-se a que momento, maneira ou forma o registro a ser analisado está posto. Segundo a pesquisadora francesa, isso interfere na análise que deve ser realizada.

Muitas vezes, para as unidades de registro serem compreendidas corretamente, torna-se necessário fazer referência ao contexto no qual estão inseridas. Na análise de mensagens políticas, por exemplo, a contextualização de palavras tais como liberdade, progresso, democracia e sociedade podem auxiliar na compreensão do seu verdadeiro sentido. Ocasões específicas, como Natal, Copa do mundo e Carnaval, também podem configurar e unidades de contexto se forem úteis para o entendimento de anúncios publicitários, programas de televisão ou notícias de jornal (BARDIN, 1988, p. 294).

Krippendorf (1990, p. 57 *apud* DUARTE; BARROS, 2005, p. 295) aponta que a etapa de enumeração em uma análise de conteúdo é sobre as regras que quem está produzindo o estudo faz a partir da escolha do que irá analisar. Krippendorf (1990, p. 57) coloca:

As regras de enumeração se referem ao modo de quantificação das unidades de registro que levarão ao estabelecimento de índices. É possível encontrar tradicionalmente três índices nas pesquisas sobre as comunicações de massa: (a) a frequência com que aparece um símbolo, ideia ou tema tende a ser interpretada como medida de importância, atenção ou ênfase; (b) o equilíbrio na quantidade de atributos favoráveis e desfavoráveis de um símbolo, ideia ou tema tende a servir como medida de orientação ou tendência; (c) a quantidade de associações e de classificações manifestadas sobre um símbolo, ideia ou tema pode ser interpretada como uma medida de intensidade ou força de uma crença, convicção ou motivação.

Já a etapa de classificação e agregação das categorias, ou seja, a Categorização, é a terceira etapa da Análise de Conteúdo, na qual o pesquisador se atém a classificar e agrupar as partes do material que ele escolheu para analisar, denominadas unidades de registro. Essa parte de categorização tem como meta deixar melhor os dados a serem analisados, segundo Duarte e Barros (2005).

Para Bardin (1988), existem três critérios para se fazer uma categorização. Bardin (1988, p. 298) diz:

Os critérios de categorização podem ser semântico (categorias temáticas), sintático (verbos, adjetivos), Léxico (classificação das palavras segundo seu sentido) e expressivo (categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem, por exemplo).

A Categorização, além das situações explicadas acima, tem duas fases. A fase de Inventário corresponde ao isolamento dos dados a serem analisados. Já a fase de Classificação diz respeito a separar por similaridade os conteúdos que serão analisados, no intuito de haver alguma organização no método de pesquisa. Para os teóricos Bardin (1989), e Barros e Targino (2000, p. 298), uma categorização bem realizada deve ter as seguintes etapas:

- a) exclusão mútua: um elemento incluído na categoria X não pode ser incluído na categoria 2;
- b) homogeneidade: só devem ser incluídas na mesma categoria unidades de registro da mesma natureza;
- c) pertinência: o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação;
- d) objetividade e fidelidade: os procedimentos classificatórios devem ser objetivos, de forma a garantir a fidelidade dos resultados, caso alguém queira repeti-los;
- e) produtividade: um conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis em índice de inferências, dados e novas hipóteses.

Já quarta a fase, de Inferência, é a etapa onde os dados são analisados de forma a obter informações que não estão explícitas. Nesta etapa são utilizados os softwares dos computadores para interpretar o conteúdo analisado, segundo Duarte e Barros (2005).

De acordo com Krippendorf (1990), hoje em dia a utilização do computador na técnica Análise de Conteúdo possui três métodos e funções principais. Sendo elas, segundo o autor (1990, p. 175-190):

- (a) análises estatísticas, em que os dados são classificados, reorganizados, transformados e descritos por índices numéricos visando a seu processamento em softwares, como o SPSS.
- (b) auxílio nos estudos e descobertas, quando a ideia for estabelecer um panorama geral sobre o conteúdo (variedade, classes e distribuição dos dados) de uma grande quantidade de material textual.
- (c) análise de conteúdo por computador, com o objetivo de representar algum aspecto do contexto social dos dados, ou seja, de realizar inferências.

Já a quinta e última fase de uma Análise de Conteúdo é o Tratamento Informático, que é a continuação da quarta etapa. Trata-se da utilização dos softwares dos computadores como ferramenta para a Análise de Conteúdo. Desde o fim da década de 1950 essa ferramenta é utilizada, de acordo com Krippendorf (1990). A partir disso, Krippendorf (1990, p. 26-27) afirma:

A evolução dos suportes lógicos (softwares) transformou o computador em instrumento cada vez mais eficaz para o processamento de dados alfabéticos (em oposição aos numéricos). Esse desenvolvimento também foi estimulado pela contribuição de vários campos do conhecimento. A psicologia se interessou por simular a cognição humana; a linguística contribuiu com numerosos textos, proporcionando, portanto, a segmentação, ligação, ordenação e reordenação, estruturação, bem como a busca e reapresentação de textos para fins de análise. Ao mesmo tempo em que cumpre o papel de controlador, induzindo os estudantes inexperientes a adotar certa disciplina na análise de dados qualitativos, também pode favorecer práticas indesejáveis, tais como a proliferação de estruturas ramificadas na representação dos dados de uma entrevista, levando à perda do objetivo da pesquisa.

Após explicar o que é, de onde surgiu e quais são as etapas de uma Análise de Conteúdo, que será a técnica utilizada na presente monografia, como explicitamos no início deste capítulo, poderemos apresentar o nosso caso de estudo e posteriormente iniciar a análise na prática.

4.2 FERNANDO FERNANDES E “NO LIMITE”

Fernando Fernandes, apresentador do reality “No Limite”, optou por seguir a carreira no esporte adaptado após se tornar uma pessoa com deficiência. Apresentador, atleta e modelo, Fernandes ficou conhecido nacionalmente em um reality show, aos 21 anos de idade. No “Big Brother Brasil 2”, realizado no ano de 2002 e apresentado pelo jornalista Pedro Bial, a participação de Fernando Fernandes foi curta, sendo o terceiro eliminado do programa da Rede Globo. Após o BBB, o então modelo tentou carreira como ator e acabou virando uma pessoa conhecida pelo

público. Como celebridade, Fernando Fernandes viveu sete anos de auge com uma carreira de modelo de muito sucesso, estrelando campanhas para as mais conhecidas marcas.

Até que um acidente mudou sua vida. No primeiro dia do mês de julho do ano de 2009, então com 28 anos de idade, estava dirigindo um carro e acabou dormindo e colidindo o veículo, ficando sem os movimentos das pernas. Com isso, Fernando Fernandes se tornou uma pessoa com deficiência, mais especificamente, uma pessoa com paraplegia. Após o acidente, fez cirurgias, fisioterapia, enfim, uma reabilitação pós-trauma. Encontrou no esporte a sua redenção.

Na paracanoagem, o atleta de esportes adaptados se tornou um multicampeão sendo quatro vezes campeão mundial, e acumulou outras conquistas continentais e nacionais. Ele possui três campeonatos panamericanos, quatro campeonatos sul-americanos e quatro campeonatos brasileiros. Fernando nunca participou de uma paraolimpíada e atualmente dedica-se à modalidade de kitesurf; já competiu em um torneio chamado Sertões do Kitesurf, primeiro rali de kitesurf do mundo, realizado no Ceará e Rio Grande do Norte.

Além da vida de modelo e atleta, desde 2012 Fernando Fernandes atua como repórter e apresentador para programas do Grupo Globo. Já fez participações no “Esporte Espetacular”, também em programas do Canal OFF, que faz parte dos canais *pay-per-view* do conglomerado carioca. Nas últimas três Paralimpíadas, realizadas na Inglaterra, Brasil e Japão nos anos de 2012, 2016 e 2021, respectivamente, fez parte do time que cobria as competições, participando do programa “Boletim Paralímpico”. Em 2022, substituindo André Marques, foi o apresentador do programa “No Limite”. Em sua maioria, as participações de Fernando Fernandes como apresentador e repórter ocorrem em pautas que tratam de esporte e superação. Em 2022, Fernando Fernandes está com 41 anos.

Já o “No Limite” é um programa que foi idealizado por Zeca Camargo e J. B. de Oliveira (Boninho); o jornalista e o diretor tiveram como modelo o programa “Survivor”, da emissora CBS. No ano 2000, o “No Limite” teve sua primeira edição. A ideia é mostrar pessoas comuns confinadas, vivendo situações que exigem resistência física e psicológica (entre outros requisitos), na disputa de um prêmio em dinheiro. Tudo acompanhado pelo público, em uma mistura de entretenimento e voyeurismo, em rede de TV aberta. Além das provas, os participantes precisam vencer suas diferenças — juntos, sobrevivem, vão mais longe no jogo, segundo a Globo.

Durante esses 22 anos de existência teve algumas vezes fora da programação. Mas a atração segue na grade da emissora até hoje e em 2022 foi ancorada por Fernando Fernandes e já está com as inscrições abertas para a temporada de 2023.

4.3 DEFINIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

Para definirmos o *corpus* desta pesquisa, utilizamos o buscador do Google e filtramos pelas palavras-chaves “Fernando Fernandes”, “No Limite” e “Deficiência”. Também utilizamos no Google o filtro apenas de notícias encontradas com estas palavras, além de estipularmos o tempo da pesquisa, tendo como base a data 6 de janeiro de 2022, dia do anúncio do nome de Fernando Fernandes como apresentador da temporada de 2022 do programa, até o dia 3 de maio de 2022, que foi a data de estreia do “No Limite” na Rede Globo. Com esta pesquisa encontramos cerca de 18 matérias relacionadas com as informações da busca, cumprindo a etapa de pré-análise da Análise de Conteúdo e escolhemos dentre as opções, três matérias para a que será feita de maneira qualitativa e interpretativa. Os conteúdos foram escolhidos por acharmos os mais aptos para que pudéssemos fazer uma análise bem realizada e poderão ser conferidos na íntegra nos anexos desta monografia. A análise será realizada de maneira separada para cada um dos conteúdos jornalísticos.

A análise de conteúdo será feita de maneira qualitativa e interpretativa das matérias. Escolhemos três matérias para analisar, que poderão ser conferidas na íntegra nos anexos desta monografia. A análise será realizada de maneira separada para cada matéria.

Cada matéria terá sua análise feita de forma completa, com olhar atento para suas fontes, o seu texto, título, bem como a forma que o assunto foi agendado — ou seja, se foi por Fernando Fernandes ser uma celebridade, por ter participado do “Big Brother Brasil” ou por ser uma pessoa com deficiência, aparecendo como inclusão ou representatividade.

Por querermos analisar três conteúdos diferentes, iremos denominar cada matéria como “M1, M2 e M3”, assinalando nos anexos qual é cada conteúdo analisado. Com isso, começaremos então, de fato, a analisar os conteúdos jornalísticos.

Quadro 1: Matéria 1 (M1) - Notícias Da TV (Uol)

TÍTULO	NOVO APRESENTADOR DE NO LIMITE, FERNANDO FERNANDES REJEITA 'COTA' PARA INCLUSÃO
VEÍCULO	Portal Uol - SESSÃO NOTÍCIAS DA TV
DATA	25/04/2022
LINK	https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/no-limite/novo-apresentador-do-no-limite-fernando-fernandes-rejeita-cota-para-inclusao-79808

Bruno Barbosa (2022).

4.4 ANÁLISE DA MATÉRIA 1 (M1) - NOTÍCIAS DA TV (UOL)

Percebemos na análise da matéria 1 (M1) que ela foi produzida a partir de uma entrevista coletiva na qual o portal Uol esteve presente dias antes da estreia do programa. Com isso, o repórter que cobriu esta coletiva como um todo trata a colocação de Fernando Fernandes como apresentador do programa “No Limite”, de maneira a noticiar seu posto de apresentador, a partir das informações que o próprio Fernandes relatou em suas falas.

O título da matéria diz “Novo apresentador de No Limite, Fernando Fernandes rejeita 'cota' para inclusão”. A partir disso, notamos que este agendamento de representação acontece no sentido de incluir Fernandes na sociedade apesar da sua deficiência física. Como vimos na Teoria do Agendamento, de acordo com McCombs (2009), o agendamento acontece pelas representações do cotidiano das pessoas.

O texto da matéria inicia com a notícia de que Fernando Fernandes é o apresentador do programa e também contextualizando quem que ele é, um atleta e ex-BBB, e desde o início no texto do jornalista até o fim, com a ajuda das aspas jornalísticas coletadas da entrevista coletiva, o profissional deixa explícito como o âncora do “No Limite” (e única fonte da matéria) quer ser visto. O apresentador reconhece a importância de se ter incluído uma pessoa com deficiência na televisão, porém não atribui suas conquistas apenas por esse motivo, e sim por quem ele é.

Segundo Vivarta (2003), o conceito de inclusão diz respeito a um processo que inclui todas as minorias; a inclusão se realiza a partir da participação de todos. A foto da matéria mostra a imagem sem mostrar a cadeira de rodas ou outro aparato para a locomoção do atleta e apresentador, o que reforça que o conteúdo enfatizou bem o que a fonte se propôs a passar em sua coletiva, ter a noção e saber da

importância de haver a representatividade das pessoas com deficiência em frente às câmeras, mas também estar ali pela sua competência.

Quadro 2: Matéria 2 (M2) - Notícias Da TV (Uol)

TÍTULO	SE EU ESTOU AQUI, A CADEIRA DE RODAS NÃO É A RAZÃO', DIZ FERNANDO FERNANDES SOBRE 'NO LIMITE
VEÍCULO	Jornal Estadão
DATA	25/04/2022
LINK	https://emails.estadao.com.br/noticias/tv,se-eu-estou-aqui-a-cadeira-de-rodas-nao-e-a-razao-diz-fernando-fernandes-sobre-no-limite,70004048097

Bruno Barbosa (2022).

4.5 ANÁLISE DA MATÉRIA 2 (M2) – ESTADÃO

Analisando a matéria 2 (M2), notamos que ela também foi produzida a partir de uma entrevista coletiva na qual o jornal Estadão esteve presente dias antes da estreia do programa. A repórter deste conteúdo jornalístico, diferentemente da M1, utiliza como título de sua matéria uma fala do Fernando Fernandes, onde lemos: “Se eu estou aqui, a cadeira de rodas não é a razão’, diz Fernando Fernandes sobre “No Limite”. Ou seja, ela coloca na responsabilidade do apresentador a maneira que o personagem da sua notícia quer que o agendamento aconteça.

Porém, foi uma escolha que a jornalista fez da maneira que gostaria de apresentar o seu conteúdo para o público. Tivemos a oportunidade de aprender no capítulo de Teoria do Agendamento da presente monografia que, para McCombs (2009), os jornalistas fazem muito mais do que apresentar os fatos importantes do dia, e, sim, com sua escolha diária, focam a atenção e influenciam as percepções dos acontecimentos.

O texto da matéria do Estadão também apresenta uma escolha diferente da M1. O texto começa informando a data de estreia do programa “No Limite”, que haveria participantes anônimos, e, ao longo da produção jornalística, a jornalista deu maior atenção e profundidade para informações sobre o programa e como será a dinâmica do reality, em vez de focar tanto em Fernando. Ou seja, a profissional decidiu

agendar prioritariamente nas informações do “No Limite”, focando secundariamente nas informações e percepções do apresentador a partir das informações coletadas na sua entrevista coletiva. Para McCombs (2009), o público usa estas escolhas da mídia para determinar sua própria agenda e delimitar o que é mais importante.

Observando também a fotografia da matéria, nota-se uma imagem de Fernando Fernandes em cima de um triciclo, o que, igualmente à M1, reforça que a matéria enfatizou bem o que Fernando Fernandes quis para o público, que é a situação de ele ancorar um programa pela sua capacidade intelectual, e não somente por ser uma pessoa com deficiência física, ainda que reconheça necessidade de inclusão e representação, só que diferentemente da M1, na M2 não foi feito o corte do triciclo.

Quadro 3: Matéria 3 (M3) - Notícias Da TV (Uol)

TÍTULO	NO LIMITE: FERNANDO FERNANDES CELEBRA A REPRESENTATIVIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA TV
VEÍCULO	Observatório da TV
DATA	26/04/2022
LINK	https://observatoriodatv.uol.com.br/colunas/clara-ribeiro/no-limite-fernando-fernandes-celebra-a-representatividade-da-pessoa-com-deficiencia-na-tv

Bruno Barbosa (2022).

4.6 ANÁLISE DA MATÉRIA 3 (M3) - OBSERVATÓRIO DA TV

Realizando a análise da matéria 3 (M3), notamos que ela, assim como os outros dois textos jornalísticos, também foi produzida a partir de uma entrevista coletiva que o portal Observatório da TV esteve presente dias antes da estreia do programa. De forma diversa às outras produções do jornalismo brasileiro, a jornalista deste portal optou por, no título de sua matéria, enfatizar que Fernando Fernandes é uma pessoa com deficiência, e que o apresentador comemora o fato de haver representatividade desse público na linha de frente da televisão.

O título do conteúdo noticioso é “No Limite: Fernando Fernandes celebra a representatividade da pessoa com deficiência na TV”. Com isso, nota-se claramente que esse agendamento procura salientar a representatividade.

De acordo com Carolina de Medeiros Reis Moraes e Kelly Sclarick (2020), a presença de repórteres ou apresentadores na televisão, nos diferentes gêneros televisivos, permite que as pessoas com deficiência se reconheçam e sejam reconhecidas como cidadãos da sociedade. Além disso, segundo as teóricas, essa identificação é que resulta nesse público o empoderamento necessário, destas pessoas tão excluídas do padrão hegemônico de uma sociedade.

O corpo do texto da matéria jornalística do portal Observatório da TV também apresenta uma escolha diferente da M1. O texto, assim como a M2, começa informando a data de estreia do programa “No Limite”, mas que haveriam participantes de todos os cantos do país, sem delimitar se seriam celebridades ou não. Ao longo do conteúdo a repórter escolheu dar maior ênfase para a pauta do programa, inclusive usando as falas de Fernando Fernandes na coletiva. O apresentador aborda questões feitas pelos jornalistas acerca do programa e sua preparação, algo que difere das outras duas matérias analisadas, que optaram em somente usar as aspas de quando o apresentador fala sobre si enquanto uma pessoa com deficiência na entrevista.

Já na M3 percebe-se o agendamento das aspas de maneira mais contextualizada, a jornalista aborda em seu conteúdo detalhes do programa, a preparação de Fernandes para a apresentação do reality e também a questão da sua representatividade.

Observando também as fotos da matéria, notam-se imagens de Fernando Fernandes fora da cadeira de rodas, o que, igual a M1 e M2, reforça o que Fernandes quis passar para os telespectadores, da inclusão ser feita pelo merecimento, e não pela condição física, mesmo tendo ciência da representatividade.

Ao fim desta análise pode-se se dizer que em todos os conteúdos jornalísticos analisados de alguma forma salientam que o apresentador do No Limite 2022, é uma pessoa com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta monografia partiu primeiramente da vontade de responder ao problema de pesquisa: De que maneira foi feito o agendamento midiático das notícias sobre o anúncio da participação de Fernando Fernandes como apresentador do reality “No Limite” da TV Globo (2022), sendo este um produto relacionado à resistência física e uma pessoa com deficiência na apresentação.

Os objetivos traçados inicialmente buscavam analisar o potencial de agendamento da imprensa sobre as pessoas com deficiência física, na linha de frente como apresentador de um programa de televisão. Também verificar como foi feito o anúncio da participação de Fernandes na ancoragem do programa, bem como refletir sobre como a mídia vende o produto quando há um profissional fora do padrão na apresentação. Além do desejo de colocar a temática dentro dos assuntos e pautas nas redações e academias jornalísticas, e também entre o público consumidor do produto jornalístico. Além de procurar promover a inclusão destes profissionais específicos na linha de frente das televisões no Brasil e contribuir com os estudos científicos que investigam a questão, os quais são poucos no país.

Inicialmente, nesta monografia foi realizada uma contextualização dos efeitos positivos que a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe para 23,9% da população brasileira, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). De acordo com o IBGE, no Brasil são 45.606.048 milhões de brasileiros com alguma deficiência em geral. Seja auditiva, mental, motora, intelectual e/ou visual. Com a entrada em vigor no ano de 2016 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, resultou na garantia de direitos igualitários para esta população específica perante a sociedade como um todo; antes disso, eram vistos de forma pejorativa pelas pessoas em geral.

Após esta primeira parte, o capítulo seguinte apresenta a definição da conceitualização do que se trata deficiência e deficiência física, dois termos amplos que explicitamos no capítulo citado, que aqui resumem-se de acordo com o artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), correspondendo a uma pessoa que detém qualquer tipo de impedimento, seja ele físico, intelectual ou sensorial, para exercer sua capacidade civil de forma completa. Já deficiência física trata-se de forma específica à perda e limitação das estruturas e funções anatômicas do cidadão. Pode-se tornar uma pessoa com deficiência ao longo da vida, o que se

denota de maneira adquirida ou de forma congênita, quando a pessoa, ao nascer, apresenta a deficiência física, conforme Duarte e Werner (1995). E especificamente da deficiência física, o capítulo mostra de que forma o esporte também foi benéfico para inclusão desse público na sociedade através das modalidades olímpicas.

Com a finalidade de apresentar os conceitos apontados autores como Duarte e Werner (1995), Gugel (2007), Vivarta (2003), Souza (2006), Amaral, Caldas e Lopes (2008), Fernandes e Mello (2017), Lacerda (2007), Newlands (2012), Marques (2001), Schell (1999), Kittay (1999), Hilgemberg (2019), Hughes (1997), Smith (2003) e diversos outros pensadores apontados no próprio capítulo e na introdução desta monografia, contextualizaram o segundo capítulo, que apresentou significados diversificados. Estas contribuições foram relevantes para o estudo.

No terceiro capítulo, o trabalho pretendeu se dedicar à apresentação do conceito de jornalismo, um conceito amplo, aqui resumido em informações de fatos que acontecem que são devidamente apurados, checados, contextualizados e posteriormente repassados à sociedade, para dá-la conhecimentos e orientá-la a ter uma opinião, promovendo o bem comum, de acordo com Bond (1962). Apresentou-se, por meio de Traquina (2005), as funções da profissão. Também discorreu sobre como é a representatividade das pessoas com deficiência no meio jornalístico nas duas óticas, apresentando alguns profissionais atuantes na linha de frente da televisão brasileira, e também como o jornalismo trata da pessoa com deficiência em seus conteúdos e pautas.

O capítulo ainda buscou explicar o que é a teoria do agendamento, de onde e quando ela surgiu e como foi o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Em resumo, de acordo com McCombs (2009), a teoria do agendamento diz respeito à escolha diária das informações passadas que o jornalista faz, focando a atenção e influenciando as percepções do público perante aos acontecimentos. Estas colocações foram importantes para a compreensão de como ocorre na prática o agendamento das pautas das pessoas com deficiência na imprensa. Para embasamento teórico, deste capítulo foram consultados os autores Traquina (2005), Bond (1962), Lage (2001), Norberto (1979), Pinto (2009), Souza (2004), Travancas (1993), Vivarta (2003), Carolina de Medeiros Reis Moraes e Kelly Sclarick (2020), McCombs (2009), Walter Lippmann (1922), Hohlfeldt (1997), entre outros.

No quarto capítulo, o Trabalho de Conclusão primeiramente procurou apresentar o que é uma Análise de Conteúdo, que, de maneira sucinta, aqui

apontamos como um tipo de investigação, conforme Krippendorf (1990), de onde ela surgiu, quando ela surgiu — sendo a Suíça e o século XVIII, de acordo com Kientz (1973) —, quais são etapas para fazê-la. Apresentou-se os cases Fernando Fernandes e o reality “No Limite”, da TV Globo. Após, o capítulo explica como foi feita a seleção dos conteúdos jornalísticos que foram analisados e, por fim, buscou ater-se a realizar a análise de conteúdo de três diferentes conteúdos jornalísticos, refletindo e verificando a maneira que a imprensa realizou o agendamento do anúncio da temporada do programa no ano de 2022, com Fernando Fernandes na ancoragem do reality show. Para referencial bibliográfico teórico deste capítulo de análise de conteúdo, foram utilizados os autores Duarte e Barros (2005), Krippendorf (1990), Kientz (1973), Bardin (1988), Bauer (2002), Barros e Targino (2000), Carolina de Medeiros Reis Moraes e Kelly Sclarick (2020) e outros.

Por fim, a síntese da análise realizada das três matérias jornalísticas acerca do anúncio da temporada no ano de 2022 do “No Limite” com Fernando Fernandes na linha de frente como apresentador aponta que todas foram produzidas a partir de uma entrevista coletiva, e também que todas elas optaram por fazer o agendamento dessa mesma pauta de maneira distinta. Com abordagens e escolhas diferentes em seus textos, títulos e até aspas, as únicas coisas que se repetiram no esqueleto nesses três agendamentos analisados foi a opção por não colocar fotos do Fernando Fernandes sentado na cadeira de rodas, e também a opção de apenas utilizá-lo como fonte das matérias.

Apesar das escolhas diversas de como apresentar seus textos, títulos e até aspas, também o fato de mencionarem a sua história como atleta e ex-BBB, todas em algum momento colocam em suas reportagens, seja para mais ou para menos, o fato de Fernando Fernandes ser uma pessoa com deficiência. Em alguns momentos como o viés de inclusão, outros com viés de representatividade.

Considera-se que o jornalismo brasileiro realizou o agendamento midiático da notícia sobre o anúncio da participação de Fernando Fernandes como apresentador do reality “No Limite” da TV Globo (2022), de maneira a deixar bem claro que quando há um profissional fora do padrão na apresentação, a imprensa ainda necessita salientar isto de alguma maneira na agenda jornalística.

Entende-se que o processo de inclusão, integração e representatividade de pessoas com deficiência, sejam elas jornalistas na linha de frente da televisão como âncoras e repórteres, é um processo que ainda caminha de forma lenta, porém

gradual. O que faz se ter esperança de mudanças de padrões estéticos no telejornalismo brasileiro.

Como dito anteriormente, esta temática ainda está engatinhando, seja nas pautas das redações, seja nas conversas entre as pessoas na sociedade, e não é diferente na pesquisa científica. Sendo assim, é um assunto extremamente inovador, necessário e relevante. Certamente a possibilidade de novas pesquisas são inúmeras, seja para artigos, monografias, mestrados e doutorados. Dois exemplos são a presença de jornalistas que são pessoas com deficiência na linha de frente do rádio, e também como é a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho gaúcho, brasileiro ou no exterior.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil.
- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BOND, F. **Introdução ao Jornalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- CATTO, A. 7 em cada 10 pessoas com deficiência estão fora do mercado de trabalho; salário médio dessa população é R\$ 1 mil menor, diz IBGE. **G1**, 21 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/21/7-em-cada-10-pessoas-com-deficiencia-estao-fora-do-mercado-de-trabalho-salario-medio-dessa-populacao-e-r-1-mil-menor-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- COMITÊ OLÍMPICO Brasileiro. **O Movimento.** Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/movimento-olimpico/o-movimento>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- COMITÊ PARALÍMPICO Brasileiro. **FAQ — Comitê Paralímpico Brasileiro.** Disponível em: cpb.org.br/faq. Acesso em: 16 nov. 2022.
- DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DUARTE, E.; WERNER, T. **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância.** Rio de Janeiro: ABT; UGF, 1995.
- DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ESTATÍSTICAS SOCIAIS. PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. **Agência IBGE Notícias**, 26 out. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 16 nov. 2022.
- HILGEMBERG, T. Jogos Paralímpicos: História, Mídia e Estudos Críticos Da Deficiência. **Record**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/25663/14054>. Acesso em: 16 nov. 2022.

HOHLFELDT, A. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista FAMECOS**, 4(7), 42-51, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1997.7.2983>. Acesso em: 16 nov. 2022.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. (Coord.). **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MCCOMB, M. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009. 237 p.

MARCONDES FILHO, C. **Televisão**: a vida pelo vídeo. 17. ed. São Paulo: Moderna, 1988.

MELLO, A. G.; FERNANDES, F. B. M. **Guia de Orientações Básicas sobre Gênero, Deficiência e Acessibilidade no 13º Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**.

MEMÓRIA GLOBO. **No Limite**. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/reality-shows/no-limite/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MORAES, C. M. R.; SCORALICK, K. O outro com deficiência na TV: uma análise da representatividade por apresentadores e repórteres no telejornalismo e demais gêneros televisivos. **VI Seminário de Extensão e Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 6, n. 3. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/ANL/article/view/2748>. Acesso em: 16 nov. 2022.

NORBERTO, N. **Jornalismo para principiantes**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1978.

PINTO, A. E. S. **Jornalismo diário**: reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

SOUSA, J. P. **Fotojornalismo**: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, 2006, p. 24-39.

SUAPESQUISA. **Olimpíadas na Grécia Antiga**. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/olimpiadas/olimpiadas_grecia_antiga.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

TRAVANCAS, I. S. **O mundo dos Jornalistas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1993.

TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são. **Insular**, Florianópolis, 2005, v. I., 2. ed.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística — uma comunidade interpretativa transnacional. **Insular**, Florianópolis, v. II. 2 ed.

VIVARTA, V. **Manual Mídia e deficiência**. Brasília, 2003.

"A gente está lidando de uma forma bem natural. Para quê? Para que seja desmistificado, seja visto com outros olhos, e trazendo informações para uma sociedade que liga a pessoa com deficiência como incapaz. Tendo uma perna ou duas você conquista seu espaço com sua capacidade, habilidade, esforço, por quem você é. Esse é um momento muito importante na televisão brasileira", comemorou.

Assim que recebeu o convite de J. B. de Oliveira, o Boninho, para fazer parte do programa, iniciou uma rotina ainda mais intensa de treinamentos para aguentar os perrengues das gravações. LP Simonetti, diretor artístico do programa No Limite, revelou que a locação do novo ano é um local inóspito e mais instável que a Barra da Sucatinga (CE), onde foi gravada a quinta temporada.



"Acabei usando essa ferramenta que tenho na minha vida, o esporte, e esses desafios para abrir voz, mostrar o que eu sei fazer de melhor, e, ao mesmo tempo, mostrar a minha profissão para transformar o mundo de alguma forma. Fui morar no meio da praia, de dunas, e as coisas foram se encaixando. A minha vida está no limite o tempo inteiro, não só como ser humano, mas também como atleta", disse Fernandes.

“ Não vou dizer que eu tenho controle sobre tudo, não! Estar aqui é um desafio. O espírito de todos aqui é o mesmo. Todo mundo quer fazer algo incrível. O programa vai além de uma disputa por R\$ 500 mil. A realidade é que todos tem que ralar muito para conseguir o que quer. [...] Se você não estiver preparado, não vai sobreviver. Pelo pouco tempo que estou aqui, vi que precisa estar preparado. Caso contrário, o jogo vai fazer com que eles [participantes] voltem para casa.



© 2022 Notícias da TV | Proibida a reprodução

TUDO SOBRE

Fernando Fernandes No Limite

COMPARTILHE



Comente esta notícia



IVES FERRO é formado em jornalismo pela Faculdade Paulus de Comunicação. Antes de ser repórter do Notícias da TV, passou pelo site da revista AnaMaria, entre 2018 e 2021. Escreve sobre celebridades, reality shows e novelas. [Clique aqui e leia todos os textos do Ives.](#)

ANEXO 2 - MATÉRIA 2 – ESTADÃO



Cadeira de Massagem Multilaser

Portátil e compacta: perfeita para levar e usar em qualquer lugar da casa.

Polishop

Abrir >

'Se eu estou aqui, a cadeira de rodas não é a razão', diz Fernando Fernandes sobre 'No Limite'

BARBARA CORREA - ESPECIAL PARA O ESTADÃO

25/04/2022, 19:59

Apresentador destacou a importância de sua representatividade no reality: 'Minha vida estava no limite o tempo inteiro'



NEWSLETTER

Assine nossa newsletter e saiba tudo sobre cultura pop

PREVINA-SE CONTRA FAKE NEWS

Tenha ao seu lado um jornal de credibilidade

DIGITAL COMPLETA

3 MESES POR R\$1,90/MÊS

ASSINE AGORA



O apresentador de 'No Limite', Fernando Fernandes, na 'Praia Dura'. Foto: Globo/ Fábio Rocha

A partir do dia 3 de maio, Fernando Fernandes comanda a estrela da nova temporada de *No Limite*, na Globo. Diferentemente do ano anterior, esta edição terá participantes anônimos que serão anunciados nesta terça-feira, 26, logo antes da final do *BBB 22*.

LEIA TAMBÉM:

- 1 'No Limite 2022' terá 24 participantes e será exibido 3 vezes por semana: saiba mais
- 2 'No Limite': Ana Clara vai entrevistar eliminados ao vivo aos domingos

Serão 24 competidores que disputando entre si o prêmio de R\$ 500 mil. Outra novidade deste ano é que o reality ganha mais dias de exibição, às terças e quintas, depois de *Pantanal*.

E aos domingos, após o *Fantástico*, quando Ana Clara comanda o quadro *A Eliminação*, onde os dois participantes eliminados da semana se encontram ao vivo para rever os

principais momentos de suas trajetórias no reality.

Em coletiva de imprensa realizada nesta segunda-feira, 25, o apresentador falou sobre a importância de sua representatividade em um reality como esse.

"Se eu estou aqui, a cadeira de rodas não é a razão. Eu conquistei muitos méritos por causa da pessoa que eu sou e por causa da forma que eu tenho lidado com o fato de ter me tornado uma pessoa com deficiência", iniciou.

"A gente fala de outras minorias, mas se fala pouco da pessoa com deficiência. Aqui, estamos lidando de uma forma muito natural, porque eu lido dessa forma. Pra que isso seja desmistificado, seja visto com outros olhos e trazendo novas informações pra uma sociedade que liga pessoas com deficiência a incapacidade ou invalidez", explicou.

Fernando ainda comentou que sua própria vivência o ajudou na preparação para o programa. "Minha vida estava no limite o tempo inteiro, não só como ser humano, mas como atleta", afirmou.

A dinâmica do jogo

O cenário paradisíaco da nova edição de *No Limite* tem nome próprio no programa: Praia Dura. Assim que chegarem, os participantes são divididos em duas tribos e encaram uma prova que define a escolha dos acampamentos.

Eles começam o jogo sem nada, somente com suas mochilas. Todo o restante deve ser conquistado: sacos de dormir, iniciador de fogo, lonas para proteger da chuva, entre outros itens básicos para sobreviverem isolados no meio da natureza.

A cada programa, as tribos enfrentam duas provas: uma de privilégios, onde garantem alguns itens básicos para o acampamento, e outra de imunidade. Ao final, o grupo que perder o segundo desafio encara o Portal de Eliminação e todos da equipe precisam votar em um dos seus para deixar a competição.

"No último final de semana, me apresentei no Rock in Rio e dei tudo de mim para as pessoas no Brasil. Depois de sair do palco, a exaustão tomou conta de mim e percebi que preciso fazer da minha saúde a prioridade agora"

JUSTIN BIEBER

"NO ÚLTIMO FINAL DE SEMANA, ME APRESENTEI NO ROCK IN RIO E DEI TUDO DE MIM PARA AS PESSOAS NO BRASIL. DEPOIS DE SAIR DO PALCO, A EXAUSTÃO TOMOU CONTA DE MIM E PERCEBI QUE PRECISO FAZER DA MINHA SAÚDE A PRIORIDADE AGORA"

Cantor cancela shows em SP: 'You ficar bem, mas preciso de tempo para descansar e melhorar'

Facebook Twitter

HORÓSCOPO



Comentários

ANEXO 3 - MATÉRIA 3 - OBSERVATÓRIO DA TV (UOL)


[INGRESSO.COM](#)
[UOL HOST](#)
[PAGBANK](#)
[PAGSEGURO](#)
[CURSOS](#)
[UOL PLAY](#)

[BUSCA](#)
[BATE-PAPO](#)
[EMAIL](#)





STAR+ Mais do que você gosta. [Assine o Star+](#)

PUBLICIDADE

Anúncios Google

[Enviar comentários](#)
[Anúncio? Por quê? @](#)

REALITY SHOW

No Limite: Fernando Fernandes celebra a representatividade da pessoa com deficiência na TV

Atleta é o novo apresentador do programa da Globo

PUBLICADO EM 26/04/2022
 POR CLARA RIBEIRO



Fábio Rocha / Globo

Fernando Fernandes é o apresentador do No Limite 2022

Últimas

HOMEM EM FUGA!

Chocolate com Pimenta: Desesperado, Danilo pensa em fugir da cidade para não ser obrigado a se casar com Olga

FOFURA

Reviravolta: Oto decide 'adotar' Tonho em Travessia: "Vou cuidar dele como se fosse meu"

CUIDADO COM O ANJO

Ana Julia passa dos limites e põe sabotagem contra Malu em prática

CUPIDO

Travessia: Guerra acolhe Ari e o reaproxima de Chiara

AMOR BANDIDO

Crista: Vitória e Inocência tentam o suicídio por culpa de Alex

ENCARANDO OS FATOS

Cara e Coragem: Desmemoriado, Moa descobre a verdade sobre seu namoro com Pat: "Como assim?"

OS DEZ MANDAMENTOS

Joquebede deixa os filhos espantados com revelação sobre o pai deles: "Não estou louca"

CASOS DE FAMÍLIA

Apalxonado por Brisa, Oto descobre segredo assustador de Ari em Travessia: "Babacai"

MARIA ESPERANÇA

Rodolfo descobre segredo de Helena, faz exigência e leva na lata: "Machão limitado!"

CORAÇÃO DE ESTUDANTE

Edu pede para conhecer as terras disputadas por João, mas o fazendeiro proíbe, e depois pega o futuro genro na flagra

PUBLICIDADE

A temporada 2022 de **No Limite** estreia na Globo na próxima terça-feira (3). Hoje à noite, no entanto, o público já conhecerá os nomes dos 24 novos participantes que toparam viver essa aventura.

Serão competidores das cinco regiões do país, com diferentes idades e estilos de vida, cada qual com suas histórias e personalidades.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



[Enviar comentários](#)

[Anúncio? Por quê? @](#)

Veja também:

- Com o cramulhão no corpo, Trindade faz previsão macabra em Pantanal: "Sangue!"
- Desnecessário, autor puniu cachorro em A Favorita e repetiu a cena em outra novela
- Segredo revelado: Saiba quem é o verdadeiro pai de Tadeu em Pantanal

Em entrevista coletiva realizada nesta segunda-feira (25), o novo apresentador da atração, **Fernando Fernandes**, tetracampeão paralímpico de canoagem, adiantou a adrenalina da edição deste ano. "Terá o dobro de provas praticamente. Provas que exigem do ser humano. A gente coloca No Limite 'no limite' o tempo todo", brincou o atleta.



Fernando Fernandes, apresentador do No Limite

Ex-participante do Big Brother Brasil 2, Fernando ficou paraplégico após um acidente de carro ocorrido em 2009. Desde então resolveu transformar sua forma de viver. "Tudo na minha vida mudou. Me vi enfrentando meus obstáculos. Quis me encaixar na sociedade. Me encontrei no esporte. Quis usar o meu dom e a minha profissão pra ajudar as pessoas", declarou Fernandes.

Preparação como apresentador

Apesar de estar acostumado com as câmeras, Fernando Fernandes garante que a missão de apresentar um programa é diferente. Para comandar o No Limite com bastante energia, o esportista revela que adotou uma rotina regrada de exercícios.

"Me preparei como se tivesse indo pra final de um campeonato mundial de canoagem. Tinha certeza que, pela vida que levo, vivo na praia, nas dunas, e eu tenho que criar minhas formas de viver, por que eu sou um cadeirante. Se eu não tiver bem o tempo inteiro, não consigo... Eu treinei como se fosse prum campeonato mundial, por que é um momento importante, de transição. Vou colocar tudo em prática. Tudo que eu tinha pra dar, tá aqui", declarou Fernando na entrevista.



Fernando Fernandes, apresentador do No Limite, e a namorada Laís Oliveira

Representatividade

Sobre a representatividade de estar liderando um programa na TV aberta sendo cadeirante, Fernando Fernandes diz ser "fundamental e necessária". Porém, o apresentador faz questão de tratar tudo com naturalidade e diz que o convocaram para o projeto por sua competência.

"Se eu tô aqui a cadeira de rodas não é a razão. É pelo atleta que sou, pela pessoa que sou, e como lido com a cadeira de rodas. Isso foi importante para conquistar esse espaço. Quando um cadeirante assume uma posição com responsabilidade tão grande, é pra mostrar como [esse público] é esquecido, colocado em segundo plano... Fala-se muito pouco da pessoa com deficiência", expôs Fernando.

"Quando a gente fala de inclusão social, é quando a gente ocupa espaços onde geralmente não estamos... A gente [no No Limite] tá lidando de forma natural por que eu lido de forma natural, para ser desmistificado, para que seja visto com outros olhos. Muita gente liga a pessoa com deficiência a incapacidade, a invalidez. Com certeza esse é o momento de muita importância pelo que a gente vai realizar", pontuou o comunicador.



No Limite, reality show da Globo

Participantes de No Limite

Segundo Fernando, a edição de 2022 do No Limite deve surpreender pela força de vontade dos confinados. *"Sinceramente acredito que esse ano os participantes se prepararam ainda mais, pois são fãs do programa. Com certeza assistem, conhecem as provas e sabem o que vão encontrar aqui", avalia.*

O apresentador, como atleta, acredita que uma preparação intensa antes do programa acaba sendo necessária por conta da complexidade da proposta. *"Aqui é selva, rústico, natureza selvagem de verdade. As condições são extremas, se não estiver preparado não vai sobreviver. Naturalmente o jogo vai fazer voltar pra casa", pondera.*



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br